



Secretaria de Assistência Social e Segurança da Família

Rua Barão do Rio Branco, 3170 - Bairro São Francisco - CEP: 85301-030
Fone: (42) 3635-5313 e 3635-3442 - e-mail: ds.social@psol.com.br
Laranjeiras do Sul - Paraná

Memorando Nº 30/2022

Laranjeiras do Sul, 02 de maio de 2022.

De: Secretaria de Assistência Social
Para: Secretaria de Finanças
A/C: Deoclécio de Nez

Prezado Secretário,

Pelo presente, solicito **abertura de licitação**, tendo por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços profissionais, sendo 01 professor de Jiu-Jitsu, bem como para oferta de materiais esportivos (kimonos e tatames), para a execução do "Projeto Jiu-Jitsu Para Todos", ofertado pela Secretaria Municipal de Assistência Social à crianças e adolescentes do município, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

O recurso para custear o projeto (R\$ 51.360,00) está depositado na CC 41.325-9, FONTE: 0, AG 734-X, BANCO DO BRASIL, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

Segue anexo Termo de Referência e orçamentos.

Atenciosamente,

Regiane de Fátima Nunes Castro
Regiane de Fátima Nunes Castro
Secretária Municipal de Assistência Social

PROTÓCOLO
031915022
DEOCLÉCIO DE NEZ - Secretário de Finanças

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços profissionais, sendo 01 professor de JIU-JITSU, devidamente habilitado, bem como contratação de empresa para fornecimento de materiais esportivos (quimonos e tatames) para a execução do Projeto “JIU-JITSU PARA TODOS”, ofertado pela Secretaria Municipal de Assistência Social à crianças e adolescentes do município, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

2 - JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

O Projeto Social Jiu-Jitsu para todos surge da necessidade de implantar no município um espaço capaz de promover o desenvolvimento de ações que visem à promoção e prevenção de diversas problemáticas emergidas de cunho sócio familiar que, afligem esta faixa etária, promovendo a autoestima e a autoconfiança nos jovens que praticam esta arte marcial.

Quanto ao público alvo, o projeto atenderá crianças e adolescentes do município de Laranjeiras do Sul, que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do CRAS e do Centro da Juventude, e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do CREAS; serão aceitas as inscrições de crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e Centro da Juventude, e as entidades cadastradas no CMDCA, o qual destes encaminhamentos serão observados os critérios abaixo.

Cada oficina poderá abrir espaço para até 20 participantes no período da manhã e 20 participantes no período da tarde, no qual o CRAS, CREAS, Centro da Juventude e Entidades sociais cadastradas no CMDCA poderão fazer os encaminhamentos para participar do projeto.

Quanto à faixa etária, as oficinas atenderão crianças e adolescentes com idade entre 06 (seis) a 11 (onze) anos no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e de 12 (doze) anos à 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses no Centro da Juventude. Poderão participar os adolescentes de até 21 (vinte e um) anos de idade desde que estejam em cumprimento de medida socioeducativa LA (Liberdade Assistida) ou PSC (Prestação de Serviço à Comunidade). Caso haja vagas remanescentes poderão ser ofertadas à demais adolescentes em risco ou que estejam em outras MSE.

Quanto aos critérios para admissão, estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais, ou o responsável legal ou a própria criança e adolescente, cuja família deve possuir renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Em casos de sobras de vagas, poderá ser aberto inscrições para os demais interessados que, não se encaixam no critério de renda.

O objetivo geral tem a finalidade de constituir um espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e de autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e

potencialidades dessa faixa etária. As atividades serão pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas.

O principal objetivo é o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, contribuindo para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades abordam questões relevantes sobre a juventude, visando a construção de novos conhecimentos e a reflexão sobre valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também estimulam habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa de modo a orientar o jovem para a escolha profissional.

Quanto a metodologia, as aulas de jiu-jitsu serão realizadas com carga horária de 6h semanais divididos em duas turmas, sendo uma no período da manhã e outra no período da tarde. As aulas devem seguir um planejamento adequado com o rendimento da turma de acordo com a evolução da turma e compatível com a idade e graduação. Os aspectos sociais e morais serão abordados na aula visando atingir todos os objetivos do projeto.

As avaliações dos alunos serão contínuas de acordo com o rendimento, comportamento e frequência nos treinos.

O sistema de graduação deve ser usado o sistema da entidade máxima do esporte – IBJJF – como referência de faixas e prazos para podendo ser adaptada de acordo com a demanda e a critério do professor. Em geral, os exames e graduações ocorrem no meio e no fim do ano, as faixas devem ser solicitadas com antecedência com tempo hábil para aquisição das mesmas, respeitando o tramite legal. A participação em eventos e campeonatos também deve ser feito esse devido planejamento.

O monitoramento dos resultados se dará pela lista de presença, além de pesquisa de satisfação entre os participantes do projeto e, relatórios periódicos dos professores junto à equipe técnica.

A oficina contará com profissional responsável com formação específica e registro de faixa preta ou marrom nas entidades máxima que regulam a modalidade – CBJJ e IBJJF – o qual desenvolverá aulas de Jiu – Jitsu com o devido planejamento e metodologia para o público alvo. Os pré-requisitos também devem incluir experiência no trabalho com crianças. Os materiais que serão adquiridos para o desenvolvimento do projeto farão parte da organização do CRAS do CREAS, do Centro da Juventude.

Acompanharão o projeto os técnicos do CRAS, CREAS, Centro da Juventude e entidades sociais cadastradas.

2.1. DO VALOR

2.2. A descrição do objeto contendo as características, quantidade e valor máximo, constam no Anexo I e neste Termo de Referência, e totaliza **R\$ 51.360,00**

Nota: Os preços de referência representam os preços praticados por fornecedores, de acordo com pesquisa realizada no mercado.

2.3. Serão consideradas apenas duas casas após a vírgula, as demais serão desconsideradas.

2.4. No valor estão inclusas todas as despesas inerentes aos serviços objeto desse processo licitatório, como mão de obra, insumos, taxas etc.

3 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 O prazo de vigência do contrato será de doze meses a partir da assinatura do contrato. Considerando-se que devido ao período de férias e outras intercorrências, 12 meses podem não ser suficientes para execução das 288 horas de trabalho previstas, podendo o contrato ser prorrogado de comum acordo entre as partes.

3.2 - O projeto será executado nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.3. DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

3.4. Prestação de serviços de aulas de JIU-JITSU por professor habilitado, destinadas a crianças e adolescentes encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, **03 dias por semana, 02 horas diárias, 06 horas semanais, 24 horas mensais, 288 horas anuais, por um período de doze meses não contínuos (serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas).**

3.5. O profissional indicado deverá ser devidamente habilitado e prestar serviços de oficinas, nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, atendendo crianças e adolescentes do PROJETO JIU-JITSU PARA TODOS.

3.6. Fornecimento de 100 peças de tatame, 1,00M X 1,00M X 30MM.

3.7. Fornecimento de 70 kimonos para jiu-jitsu de tamanhos variados.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A contratada deverá comprometer-se a iniciar os serviços na data acordada.

4.2. No valor estão inclusas todas as despesas inerentes à realização do objeto, inclusive material de consumo, transporte, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.

4.3. Responsabilizar-se pelos danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços.

4.4. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências da prestação dos serviços, ou em qualquer outro local onde estejam prestando os serviços, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.

4.5. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução dos serviços, mesmo que para isso outra solução não prevista tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o Município.

4.5. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que os serviços se realizem com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

- 4.6. Ser responsável pela execução do serviço licitado até o seu resultado final.
- 4.7. Responder, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade dos serviços executados, que destinam ou lhes diminuam o valor, sem prejuízo das demais disposições do CDC;
- 4.8. Dar ciência imediata e por escrito ao Município sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução dos serviços;
- 4.9. Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos prejuízos ou danos que eventualmente venha a ocasionar ao Município e/ou a terceiros, em função da execução do objeto;
- 4.10. Responsabilizar-se pela execução do serviço licitado até o seu resultado final;
- 4.11. Manter entendimento com o Município, objetivando evitar interrupções ou paralisações na execução dos serviços.
- 4.12. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 4.13. Cumprir a legislação trabalhista com relação a seus funcionários, e quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados.
- 4.14. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 4.15. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.
- 4.16. Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a contratada adotará as providências necessárias no sentido de preservar o Município e de mantê-lo a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará o Município das importâncias que este tenha sido obrigado a pagar, dentro do prazo improrrogável de dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.
- 4.17. Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção da propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços.
- 4.18. Reembolsar o Município, caso os profissionais causem danos materiais ao seu patrimônio.

5 - GESTOR DO CONTRATO

A gestão e fiscalização deste contrato será realizada pela Secretaria de Assistência Social através do Sr(a) xxxxxxxxxxxx matricula nº xxxxxxxxxxxx, Cargo xxxxxxxxxxxxxxxxxx o qual ficará responsável pelo controle e fiscalização do objeto contratado.

5.1. DO PAGAMENTO

5.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela unidade competente. No caso do término do pagamento ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3. A nota fiscal deverá ser emitida e entregue no Departamento de Compras, com o devido aceite dos serviços, atestado no verso do documento fiscal, durante o horário do expediente.

5.4. Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será susinado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da fatura.

5.5. O pagamento será efetuado mediante a emissão da nota fiscal acompanhada da Certidão Negativa do INSS, do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS e da CNDT.

5.6. Caso as certidões estejam, com sua validade vencida o pagamento ficará suspenso até a regularização;

5.7. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

6 - CRONOGRAMA FÍSICO

O contrato terá vigência de 12 MESES, tendo a empresa o prazo de 30 dias a partir da assinatura do contrato para iniciar o projeto, de acordo com as especificações e local e horários pré-definidos.

GRADE HORÁRIA			
I. SEGUNDA – FEIRA			
Horários	PERÍODO MANHÃ	Horários	PERÍODO TARDE
09:00 – 10:00	JIU - JITSU	13:00 – 14:00	JIU – JITSU
II. QUARTA – FEIRA			
Horários	PERÍODO MANHÃ	Horários	PERÍODO TARDE
09:00 – 10:00	JIU – JITSU	13:00 – 14:00	JIU - JITSU
I. SEXTA – FEIRA			
Horários	PERÍODO MANHÃ	Horários	PERÍODO TARDE
09:00 – 10:00	JIU – JITSU	13:00 – 14:00	JIU – JITSU

6.2 – METODOLOGIA

Após a identificação do perfil e interesse da criança/adolescente, o mesmo irá participar das atividades, as quais acontecerão nos períodos da manhã e tarde, nos locais determinados.

7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Solicita-se que o fornecedor comprove que o profissional contratado seja devidamente habilitado, Graduação faixa preta ou marrom de jiu – jitsu registrado pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu – CBJJ com experiência com crianças e adolescentes.

8 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento dos serviços serão feitos mediante atesto nas Notas Fiscais do serviço/produtos efetivamente prestado/entregue.

9 – ORIGEM DOS RECURSOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O recurso está depositado na CC 41.325-9, AG 734-X, BANCO DO BRASIL, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA.

9.2 - A Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul será responsável pelo pagamento das entregas efetuadas, sempre que devidamente autorizadas, no prazo de até 30 dias após apresentação da Nota Fiscal no Setor de Contabilidade com o atesto do responsável pelo recebimento.

10 – CONDIÇÕES GERAIS:

10.1 - O Objeto deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no edital de licitação, podendo implicar na recusa do mesmo pela inobservância de qualquer das exigências estabelecidas;

10.2 – O Município poderá revogar o processo licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Laranjeiras do Sul / PR, 02 de maio de 2022.

REGIANE DE FATIMA NUNES CASTRO

Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL N.º 0XX/2022-PMLS

FORMULÁRIO PADRÃO ES – PROPOSTAS – ESPECIFICAÇÕES

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços profissionais, sendo 01 professor de JIU-JITSU, devidamente habilitado, bem como contratação de empresa para fornecimento de materiais esportivos (quimonos e tatames) para a execução do Projeto “JIU-JITSU PARA TODOS”, ofertado pela Secretaria Municipal de Assistência Social à crianças e adolescentes do município, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

No valor estão inclusas todas as despesas inerentes à realização do objeto, inclusive material de consumo, transporte, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, etc.

item	código serviço	nome do produto/serviço	quantidade	unidade	preço máximo	preço máximo total
1		Contratação de um (01) profissional Professor de JIU-JITSU, capacitado para prestação de serviços de aulas de JIU-JITSU, destinadas a crianças e adolescentes encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, 03 dias por semana, 02 horas diárias, 06 horas semanais, 24 horas mensais, 288 horas anuais, por um período de doze meses não contínuos (serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas).	288 hs	hs	100,00	R\$ 28.800,00
2		Kimono M4 – cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca	20	UN	141,00	R\$ 2.820,00
3		Kimono A0 - cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca	20	UN	195,00	R\$ 3.900,00
4		Kimono A1 - cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca	20	UN	195,00	R\$ 3.900,00
5		Kimono A2 -- cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca.	10	UN	195,00	R\$ 1.950,00
6		Tatame 1,00m x 1,00m x 30mm	100	UN	99,90	R\$ 9.990,00
TOTAL						R\$ 51.360,00



ORÇAMENTO

1.PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PERIODO	VALOR UNITARIO - HORA AULA- R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Prestação de serviços de aulas de JIU-JITSU com Graduação faixa preta ou marrom de jiu – jitsu registrado pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu – CBJJ destinadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, CREAS, Centro da Juventude e Entidades sociais, 03 dias por semana, 02 horas diárias, 06 horas semanais, 24 horas mensais, 288 horas anuais, por um período de doze meses não contínuos (serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas).	Hora Aula de 60 minutos	12 meses ou 288 horas aulas.	R\$ 135.00	R\$ 3.400,00

*A validade desta proposta é de 12 meses.

Tudo < > De: Plábito Dutra < > Reunirse Agora

Novo mensagem Excluir Arquivar Lixo Eletrônico Mover para Categorizar

- Favoritos
- Pastas
 - Caixa de Entrada 11
 - Lixo Eletrônico
 - Rascunhos
 - Itens Enviados
 - Itens Excluídos
 - Arquivo Morto
 - Anotações
 - Histórico de Conversa
 - RAFAEL
 - UNIMED
 - Nova pasta

- Grupos
 - Novo grupo

Solicitação de aulas de jiu - jitsu

SUI - PR
 Telefone:(42) 3635 - 6142
 Celular: (42) 9 9123 -7266
 Site: www.laranjeirasdosul.pr.gov.br
 E-mail: rafa_felipe_@hotmail.com | creas.lds@outlook.com
 Skype: rafa_felipe_@hotmail.com
 Endereço: Rua Barão do Rio Branco 3170 Bairro São Francisco



Por favor, considere o ambiente antes de imprimir este e-mail

Responder Encaminhar

Você encaminhou esta mensagem em Ter, 26/04/2022 10:27



rafael rodrigues
 Qua, 13/04/2022 16:30
 Para: patodutra@hotmail.com



Olá.
 Gostaria de solicitar um orçamento de valores de horas aulas de jiu - jitu conforme a tabela em anexo.
 Att;

Rafael Felipe Rodrigues
 Assistente Social | CREAS -Laranjeiras do Sul - PR | Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul - PR
 Telefone:(42) 3635 - 6142
 Celular: (42) 9 9123 -7266
 Site: www.laranjeirasdosul.pr.gov.br
 E-mail: rafa_felipe_@hotmail.com | creas.lds@outlook.com
 Skype: rafa_felipe_@hotmail.com
 Endereço: Rua Barão do Rio Branco 3170 Bairro São Francisco



Por favor, considere o ambiente antes de imprimir este e-mail

ORÇAMENTO

Empresa: Kurta & Kurta Ltda CNPJ: 24.286.200/0001-10

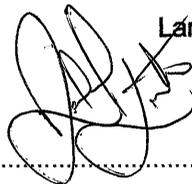
End: Rua Expedicionário João Maria, 850, Centro

1.PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PERIODO	VALOR UNITARIO – HORA AULA- R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Prestação de serviços de aulas de JIU-JITSU com Graduação faixa preta ou marrom de jiu – jitsu registrado pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu – CBJJ destinadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, CREAS, Centro da Juventude e Entidades sociais, 03 dias por semana, 02 horas diárias, 06 horas semanais, 24 horas mensais, 288 horas anuais, por um período de doze meses não contínuos (serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas).	Hora Aula de 60 minutos	12 meses ou 288 horas aulas.	R\$100,00	R\$28.800,00

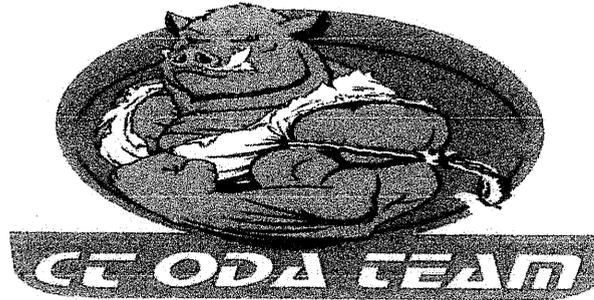
*A validade desta proposta é de 12 meses.

Laranjeiras do Sul – Paraná, 29 de Abril de 2022



Rafael Alberto Kurta - Sócio proprietário


 24 286 200/0001-10
KURTA & KURTA LTDA
4FIT ACADEMIA
 RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA 850
 CENTRO
 85.301-410 LARANJEIRAS



- 1.
2. CNPJ 30920673/0001-20
3. Rua Felipe Castoldi Mantovani 153
4. Capitão Leonidas Marques, loteamento Claudia
5. 45999367196

ORÇAMENTO

1. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PERIODO	VALOR UNITARIO - HORA AULA- R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Prestação de serviços de aulas de JIU-JITSU com Graduação faixa preta ou marrom de jiu – jitsu registrado pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu – CBJJ destinadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, CREAS, Centro da Juventude e Entidades sociais, 03 dias por semana, 02 horas diárias, 06 horas semanais, 24 horas mensais, 288 horas anuais, por um período de doze meses não contínuos (serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas).	Hora Aula de 60 minutos	12 meses ou 288 horas aulas.	125,00	3000,00

*A validade desta proposta é de 12 meses.

Capitao Leonidas Marques, 26 de marco de 2022

Adair José dos Santos

Adair José dos Santos

Adair José dos Santos
CNPJ 30920673/0001-20

Tudo < > De: adairyan15@gmail.com x

Reunir-se Agor

Nova mensagem Excluir Arquivar Lixo Eletrônico Mover para Categorizar

- Favoritos
- Pastas
 - Caixa de Entrada 11
 - Lixo Eletrônico
 - Rascunhos
 - Itens Enviados
 - Itens Excluídos
 - Arquivo Morto
 - Anotações
 - Histórico de Conversa
 - RAFAEL
 - UNIMED
 - Nova pasta

Solicitação de aulas de jiu - jitsu

2



rafael rodrigues
Ter, 26/04/2022 10:27
Para: adairyan15@gmail.com

Reply icons



Bom dia.
Gostaria de solicitar um orçamento de aulas de jiu jitsu.
Favor preencher a tabela e retornar neste e-mail.
Att;

Rafael Felipe Rodrigues
 Assistente Social | CREAS -Laranjeiras do Sul - PR | Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul - PR
 Telefone:(42) 3635 - 6142
 Celular: (42) 9 9123 -7266
 Site: www.laranjeirasdosul.pr.gov.br
 E-mail: rafa_felipe_@hotmail.com | creas.lds@outlook.com
 Skype: rafa_felipe_@hotmail.com
 Endereço: Rua Barão do Rio Branco 3170 Bairro São Francisco



Por favor, considere o ambiente antes de imprimir este e-mail

Responder Encaminhar



rafael rodrigues
Olá. Gostaria de solicitar um orçamento de valores de horas aulas de jiu - jitu confor...

Qua, 13/04/2022 16:3

Tudo < > De: Camilla - Keiko Sports < >

Reunir-se Agora

Nova mensagem Excluir Arquivar Lixo Eletrônico Mover para Categorizar Adiar

- > Favoritos
- > Pastas
 - Caixa de Entrada 11
 - Lixo Eletrônico
 - Rascunhos
 - Itens Enviados
 - Itens Excluídos
 - Arquivo Morto
 - Anotações
 - Histórico de Conversa
 - RAFAEL
 - UNIMED
 - Nova pasta
- > Grupos
 - Novo grupo

solicitação de kimonos

2

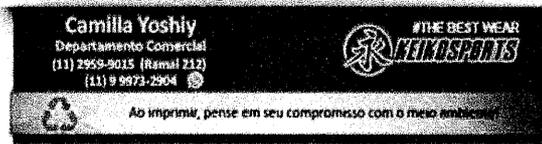
CS Camilla - Keiko Sports <keiko@keikosports.com.br>
 Sex, 01/04/2022 15:57
 Para: Você



Boa tarde, Rafael

Segue o orçamento solicitado.

Lembrando que esse orçamento tem validade conforme a tabela vigente; Pagamento ele devera ser feito a vista através de deposito bancário.



...

Recebido. Segue comprovante de pagamento. Ok.

As sugestões acima são úteis? Sim Não

Responder Encaminhar



rafael rodrigues
 Ter, 29/03/2022 16:21
 Para: keiko@keikosports.com.br

MODELO ORÇAMENTO PAR...
 17 KB

Olá.
 Gostaria de solicitar um orçamento de kimono conforme tabela em anexo. Por gentileza preencher tabela com o timbre da empresa e assinatura.
 Att;

Rafael Felipe Rodrigues

ALTO SKALÃO CONFECÇÕES LTDA
 CNPJ: 62 884 499/0001-02
 IE: 112.709.766.110
 Rua Outeiro da Cruz, 262- São Paulo / SP
 CEP: 02041-040 Tel: 2959-9014
 Site: www.keikosports.com.br
 E-mail: keiko@keikosports.com.br

1.PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Kimono M4 Cor: Branca Paletó trançado, 100% algodão; Calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para aplicação de logomarcas e timbre material pré encolhido. com faixa branca	20	R\$ 141,00	R\$ 2820,00
1	Kimono A0 Cor: Branca Paletó trançado, 100% algodão; Calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para aplicação de logomarcas e timbre material pré encolhido. com faixa branca	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
1	Kimono A1 Cor: Branca Paletó trançado, 100% algodão; Calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para aplicação de logomarcas e timbre material pré encolhido. com faixa branca.	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
1	Kimono A2 Cor: Branca Paletó trançado, 100% algodão; Calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para aplicação de logomarcas e timbre material pré encolhido e com faixa branca	10	R\$ 220,00	R\$ 2.200,00

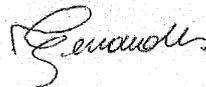
13.820,00

62.884.499/0001-02

ALTO SKALÃO CONFECÇÕES
 LTDA. - EPP

Rua Outeiro da Cruz, 262
 Jardim São Paulo - CEP 02041-040
 São Paulo - SP

São Paulo, 01 de abril de 2022



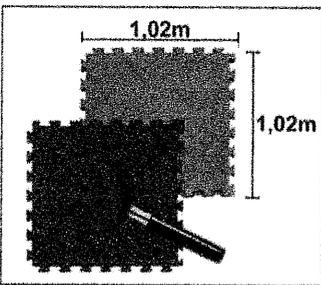
Camilla Yoshiy Fernandes



A/C Rafael,

Prezado(a) Senhor(a): conforme solicitação estamos encaminhando seu orçamento para o materiais de E.V.A, Tatames 1,00m x 1,00m x 30mm.

TATAME EVA 1,02m x 1,02m x 30mm (3 bordas/peça)



Características e vantagens

- ✦ Alóxico
- ✦ Textura com silicone nos dois lados
- ✦ Antiderrapante
- ✦ Fácil limpeza
- ✦ Isolamento térmico do chão
- ✦ Encaixe universal
- ✦ Efeito memória
- ✦ Fácil instalação
- ✦ Opção bicolor
- ✦ 1 ano de garantia
- ✦ Qualidade Porto Tatames

Aplicações e indicações de uso

- ✦ Artes marciais em pé: Muay Thai, Karatê, Taekwondo, Boxe, Kung Fu, etc.
- ✦ Artes marciais no chão: Jiu Jitsu e Submission
- ✦ Revestimento de parede;
- ✦ Revestimento de móveis e quinas



BRINDE: 3 bordas acabamento Grátis

COMPOSIÇÃO: Tatame especialmente desenvolvido em EVA (ETIL VINIL ACETATO), com composição extra do produto, proporcionando encaixe perfeito e excelente efeito memória (resposta ao impacto recebido). Corte perfeito em 90 °. Corte reto ou com encaixe conforme solicitação do cliente.

Segue abaixo os valores:	Dados Bancários:
Produto: Tatame 1,00m x 1,00m x 30mm	Banco: 033 – Santander
Quantidade: 100 peças	Ag: 1512
Total Orçamento: R\$: 9.990,00 – Valor Unitário R\$: 99,90 a placa	CC: 13001670-7
Simulação Frete: incluso	Cnpj: 18.320.693/0001-65
Condição de Pagamento:	
Prazo de Entrega: a combinar	

Orçamento válido por 60 dias, e desde já agradecemos pelo contato.

São José 30 de março de 2022

Daniel Rosental B. Lencova
PORTO SPORTS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - ME

18.320.693/0001-65
PORTO SPORTS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
Avenida Josué de Bernardi, 239 Sl. 11
Campinas 88.101-200
São José - SC

Pensou Tatames, Pensou PORTO TATAMES! – O menor preço de SC!
Avenida Josué de Bernardi, 239/sala 11 – Bairro Campinas
São José – SC – CEP: 88101-200 – Cnpj: 18.320.693/0001-65 – IE: 257151133
Fone: (48)3241.8022 / (48) 9811.3093

Tudo < > De: Porto X

< > Reunir-se Agora

Nova mensagem Excluir Arquivar Lixo Eletrônico Mover para Categorizar Adiar

- Favoritos
- Pastas
 - Caixa de Entrada 11
 - Lixo Eletrônico
 - Rascunhos
 - Itens Enviados
 - Itens Excluídos
 - Arquivo Morto
 - Anotações
 - Histórico de Conversa
 - RAFAEL
 - UNIMED
 - Nova pasta
- Grupos
 - Novo grupo

Solicitação de orçamento.

conforme solicitado, segue em anexo orçamento.

Thiago Pimentel
Diretor Comercial
(48) 9 9811-3093 (48) 3241-8022
Rua: Marechal Castelo Branco, 146, Campinas - São José/SC

portotatames
São José - SC

www.portotatames.com.br

CONECTE-SE EM NOSSAS REDES:
portotatamessajose portotatamessajose

Libre de vírus. www.avast.com.

Recebido. Orçamento recebido. Orçamento aprovado.

As sugestões acima são úteis? Sim Não

Responder Encaminhar



rafael rodrigues
Ter, 29/03/2022 09:38

Para: portotatamessc@gmail.com

MODELO ORÇAMENTO PAR... 15 KB

Olá.
Gostaria de solicitar orçamentos de tatames o qual segue em anexo o modelo de orçamento.
Desde já agradeço.
Att

Rafael Felipe Rodrigues

Você encaminhou esta mensagem em Ter, 29/03/2022 09:38



rafael rodrigues
Ter, 22/02/2022 14:42

Para: portotatamessc@gmail.com

MODELO ORÇAMENTO PAR... 15 KB

Olá.
Gostaria de solicitar orçamentos de tatames o qual segue em anexo o modelo de orçamento.
Desde já agradeço.
Att;

Rafael Felipe Rodrigues

BRASIL FIGHTS

019

Cambira, 26 de Abril de 2022

PARA MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

CNPJ 76.205.970/0001-95

LARANJEIRAS DO SUL / PR

Segue orçamento conforme solicitado.

ORÇAMENTO

Produto	Qt	VL Un.	Total
LEVEL ONE SLIM BRANCO M4	20	175,00	3.500,00
LEVEL ONE SLIM BRANCO A0	20	195,00	3.900,00
LEVEL ONE SLIM BRANCO A1	20	195,00	3.900,00
LEVEL ONE SLIM BRANCO A2	10	195,00	1.950,00
Total			R\$ 13.250,00

Prazo de entrega: 60 dias

Orçamento valido por 15 dias.

Condição de pagamento: A vista / Antecipado

Desconto de 7% R\$ 12.322,50

Frete: CIF

Valdirene Gomes

vendas2@shiroi.com.br

(43)98408 0739

CNPJ: 18.409.069/0001-39

Inscrição Estadual: 90635027-04

Avenida Brasil, 527 - Centro - Cambira - PR

Tudo < > De: vendas2@shiroi.com.br x

Reunir-se Agc

Nova mensagem Excluir Arquivar Lixo Eletrônico Mover para Categorizar Adiar

- > Favoritos
- > Pastas
 - Caixa de Entrada 11
 - Lixo Eletrônico
 - Rascunhos
 - Itens Enviados
 - Itens Excluídos
 - Arquivo Morto
 - Anotações
 - Histórico de Conversa
 - RAFAEL
 - UNIMED
 - Nova pasta
- > Grupos
 - Novo grupo

ORÇAMAMENTO SHIROI



rafael rodrigues
Ter, 26/04/2022 10:45
Para: vendas2@shiroi.com.br

Bom dia.
Gostaria de solicitar o orçamento atualizado e se possível com data de prazo 60 dias. Att;

Rafael Felipe Rodrigues

Assistente Social | CREAS -Laranjeiras do Sul - PR | Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul - PR

Telefone:(42) 3635 - 6142

Celular: (42) 9 9123 -7266

Site: www.laranjeirasdosul.pr.gov.br

E-mail: rafa_felipe_@hotmail.com | creas.lds@outlook.com

Skype: rafa_felipe_@hotmail.com

Endereço: Rua Barão do Rio Branco 3170 Bairro São Francisco



Por favor, considere o ambiente antes de imprimir este e-mail

Responder Encaminhar

vendas2@shiroi.com.br
Ter, 05/04/2022 11:04
Para: Você

TIMBRADO LARANJEIRA PDF...
245 KB

Olá Rafael segue orçamento conforme solicitado a Shiroi, lembrado que estamos abertos a negociação pra fecharmos o quanto antes com vocês.

Att Valdirene

	<p>NO PONTO SUPERMERCADO GUERRO E PAGNUSSAT LTDA CNPJ: 09.461.639/0009-04 IE: 9080159088 RUA MARECHAL CANDIDO RONDON N:1980 TELEFONE: (42)3635-1296 CENTRO LARANJEIRAS DO SUL PR CEP:85301-060</p>
---	--

ORÇAMENTO

- **PLACAS EM E.V.A DE 1M X 1M X 30MM COM TEXTUTA PARA PRATICA DESPORTIVA PARA ABSORÇÃO DE IMPACTOS.**

PRODUTO:TATAME 1,00M X 1,00M X 30MM

QUANTIDADE: 100PEÇAS

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 147,90

TOTAL: 14,790

09.461.639/0009-04

GUERRO & PAGNUSSAT LTDA.

R. Marechal Candido Rondon, 1980

Centro - Cep: 85301-060

Laranjeiras do Sul - PR

Yerson F. Ambrosio

LARANJEIRAS DO SUL PR

02/05/2022

Marechal

UTILIDADES E PRESENTES

NOME FANTASIA: MARECHAL UTILIDADES LTDA

RAZÃO SOCIAL: W. H MARECHAL UTILIDADES

CNPJ: 34.024534/0001-70

ENDEREÇO: RUA MARECHAL CANDIDO RONDON N:2081 CENTRO

MUNICÍPIO: LARANJEIRAS DO SUL - PR CEP: 85.301-060

TELEFONE: (42) 3635-1847

ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Tatame 1mx 1m x 30cm. Tatame em E.V.A desenvolvido para absorção de impactos, com corte dentado de encaixe.	100	139,90	13,990
VALOR TOTAL				13,900

34.024.534/0001-70

W. H. MARECHAL
UTILIDADES LTDA

RUA MARECHAL CÂNDIDO RONDON - 2081
CENTRO

85.301-060 - LARANJEIRAS DO SUL - PR

Wenceslau Trusciak Neto

LARANJEIRAS DO SUL, 05 DE MAIO DE 2022.

VALIDADE 30 DIAS

Marechal

UTILIDADES E PRESENTES

NOME FANTASIA: MARECHAL UTILIDADES LTDA

RAZÃO SOCIAL: W. H MARECHAL UTILIDADES

CNPJ: 34.024534/0001-70

ENDEREÇO: RUA MARECHAL CANDIDO RONDON N:2081 CENTRO

MUNICÍPIO: LARANJEIRAS DO SUL – PR CEP: 85.301-060

TELEFONE: (42) 3635-1847

ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Kimono M4 Cor: Branca Paletó trançado, 100% algodão; Calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para aplicação de logomarcas e timbre material pré encolhido. com faixa branca	20	184,90	3,698,00
1	Kimono A0 Cor: Branca Paletó trançado, 100% algodão; Calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para aplicação de logomarcas e timbre material pré encolhido. com faixa branca	20	284,90	5,698,00
1	Kimono A1 Cor: Branca Paletó trançado, 100% algodão; Calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para aplicação de logomarcas e timbre material pré encolhido.	20	284,70	5,694,00

	com faixa branca.			
1	Kimono A2 Cor: Branca Paletó trançado, 100% algodão; Calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para aplicação de logomarcas e timbre material pré encolhido e com faixa branca	10	274,90	2,749,00

*A validade desta proposta é de 60 dias.

34.024.534/0001-70
W. H. MARECHAL
UTILIDADES LTDA
RUA MARECHAL CÂNDIDO RONDON - 2081
CENTRO
85.301-060 - LARANJEIRAS DO SUL - PR

Laranjeiras do Sul 06 de Maio de 2022

Wenceslau Guscinski Neto

W. H Marechal Utilidades LTDA



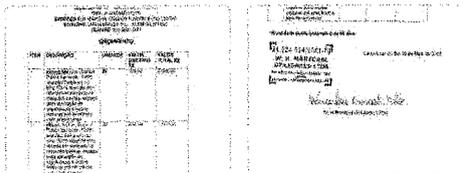
- Favoritos
- Caixa de Entrada 11
- Lixo Eletrônico
- Itens Excluídos
- Adicionar aos favoritos
- Pastas
 - Caixa de Entrada 11
 - Lixo Eletrônico
 - Rascunhos
 - Itens Enviados
 - Itens Excluídos
 - Arquivo Morto
 - Anotações
 - Histórico de Conversa
 - RAFAEL
 - UNIMED
 - Nova pasta
- Grupos
 - Novo grupo

solicitação de orçamento de kimonos.

📎 4

MU Marechal Utilidades <marechalutilidades@gmail.com>
 Sex, 06/05/2022 15:10
 Para: Você

↩ ↶ ↷ ..



2 anexos (1 MB) Salvar tudo no OneDrive Baixar tudo

Boa tarde , Segue Orçamento em Anexo
Att Wenceslau Crusciak Neto

...

Responder Encaminhar

rafael rodrigues
 Sex, 06/05/2022 14:10
 Para: marechalutilidades@gmail.com

↩ ↶ ↷ ..



Rafael Felipe Rodrigues
 Assistente Social | CREAS -Laranjeiras do Sul - PR | Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul - PR
 Telefone:(42) 3635 - 6142
 Celular: (42) 9 9123 -7266
 Site: www.laranjeirasdosul.pr.gov.br
 E-mail: rafa_felipe_@hotmail.com | creas.lds@outlook.com
 Skype: rafa_felipe_@hotmail.com
 Endereço: Rua Barão do Rio Branco 3170 Bairro São Francisco



📧 *Par favor, considere o ambiente antes de imprimir este e-mail*

...

rafael rodrigues
 Olá gostaria de solicitar um orçamento de kimonos para jiu jitsu conforme tabela que...

Qui, 05/05/2022 15:1



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

MEMORANDO INTERNO

De: Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Para: Secretaria da Fazenda
Departamento de Contabilidade
Departamento de Licitação
Procuradoria Jurídica

Laranjeiras do Sul-PR, 09 de maio de 2022.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO

Prezados Senhores,

Solicitamos os tramites legais para dar sequência ao processo licitatório. Conforme verifiquei, os valores estão de acordo com os preços praticados no mercado.

Para que o processo possa prosseguir, solicitamos abrir processo licitatório e assim encaminhamos aos setores competentes, para que o processo possa prosseguir que nos indiquem:

1º - Indicação pela Procuradoria Jurídica, da modalidade e tipo de licitação a ser adotada no processo em apreço;

2º - Indicação de recursos de ordem orçamentária para assegurar o pagamento das despesas pelo Departamento de Contabilidade, no valor de R\$ 51.360,00;

3º - Para que possamos realizar um processo Licitatório nos termos do Art. 48, III, § 3º da LC 147/2014, solicitamos a Certidão pela Secretaria Municipal da Fazenda da existência ou não de no mínimo 03 (três) ME ou EPP sediadas e em funcionamento no município de Laranjeiras do Sul, com atividade econômica de serviços para aulas de jiu-jitsu e materiais esportivos. Essa prioridade justifica-se devido a necessidade de promoção do desenvolvimento econômico social no âmbito local e ampliação da eficiência das políticas públicas;

4º - Confecção da minuta do edital pelo Departamento de Licitação;

5º - Parecer aprovando a minuta do edital, anexos e contratos pela Procuradoria Jurídica.

Cordialmente,

DEOCLÉCIO DE NEZ

Secretário Municipal de Finanças e Orçamento



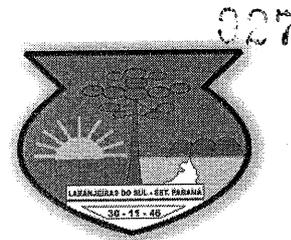
MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-070

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

<http://www.ls.pr.gov.br>



PARECER JURÍDICO

Assunto: Indicação Modalidade de Licitação.

Interessado: Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família

Ementa: Licitação. Contratação De Empresa Para Prestação De Serviços Profissional, Professor De Jiu-Jitsu, E Aquisição De Materiais Esportivos (Quimonos E Tatames), Para A Execução Do Projeto “Jiu-Jitsu Para Todos”, Ofertado Pela Secretaria Municipal De Assistência Social À Crianças E Adolescentes Do Município.

Instada essa Procuradoria Jurídica, a fim de emitir parecer referente a Modalidade e o Tipo de Licitação a ser adotada.

Da Modalidade de Licitação

Tendo em vista tratar-se de bens comuns, a licitação poderá ser realizada na modalidade de Pregão Presencial, em conformidade com o artigo 1º da Lei 10.520/02.

Nos termos do artigo 15, inciso II da Lei 8.666/93, as compras, sempre que possível, deverão ser processadas por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, que também pode ser aplicado ao procedimento de Pregão, conforme autoriza o artigo 11 da Lei 10.520/02 e artigo 3º do Decreto Municipal nº 089/2013.

Do Tipo de Licitação

Por ser indicada, no presente caso, a modalidade Pregão, o artigo 4º, inciso “X” da Lei 10.520/02, dispõe que o tipo de licitação para o pregão deverá ser, obrigatoriamente, o do menor preço:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)



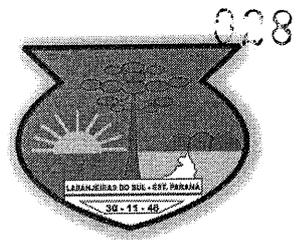
MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-070

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

<http://www.ls.pr.gov.br>



X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital; (destaquei)

Em conformidade com os princípios que regem as compras públicas e de acordo com orientações do Tribunal de Contas da União – TCU, em regra, o critério de julgamento a ser adotado é o de menor preço, por item, nos termos do Enunciado nº 247 da Súmula do TCU, *verbis*:

Súmula 247 do TCU:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Assim, no caso de se adotar o tipo de licitação de menor preço com o critério de julgamento por lote, é necessário justificativa idônea a amparar a decisão.

No item inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) o edital deverá ser exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos termos do Art. 48, I da LC 123/2006 **se houver 03 fornecedores aptos a fornecer o objeto sediadas no município e enquadrados como ME/EPP/ME (o que poderá ser obtido junto a Secretaria Municipal da Fazenda)**, e, nesse caso, poderá ser dada prioridade de contratação nos termos do Art. 48, § 3º da LC 123/2006 e Art. 49, I do mesmo diploma legal. Havendo itens cujo valor superar a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá obrigatoriamente realizar cota de 25% exclusivo para me/epp/mei e cota de livre concorrência. Mas, não havendo três fornecedores enquadrados como ME/EPP/ME, o edital deverá ser de ampla concorrência.

Diante dos fundamentos acima exarados e, tendo em vista o objeto da presente contratação, recomenda-se a adoção da modalidade Pregão Presencial,



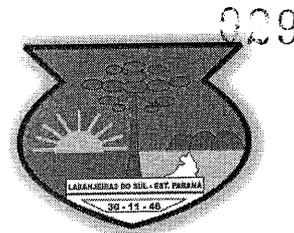
MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-070

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

<http://www.ls.pr.gov.br>



tipo de licitação a ser adotado é o menor valor Por Item, nos termos do artigo 11 da Lei 10.520/02.

Pelo prosseguimento do feito!

Laranjeiras do Sul-PR, 09 de maio de 2022.

Nivaldo José Bello Junior
OAB/PR: 76.734
Procurador Jurídico do Município



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

MEMORANDO INTERNO

De: Departamento de Contabilidade

Para: Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Data: 10 de maio de 2022.

Referente: Indicação de dotação orçamentária

Em atenção ao memorando expedido por Vossa Senhoria, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO**, informamos a existência de dotação orçamentária para assegurar o pagamento, objeto deste processo licitatório, conforme segue:

Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.30.00.00	000
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Material de Consumo	Recursos Ordinários (Livres)
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.30.00.00	961
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Material de Consumo	Contribuições e legados de entidades não gover. ECA/FMDCA
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.39.00.00	000
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Recursos Ordinários (Livres)
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.39.00.00	961
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Contribuições e legados de entidades não gover. ECA/FMDCA

Atenciosamente,

Sintia Trzcialkoski Cordeiro
SINTIA TRZCIALKOSKI CORDEIRO
 CRC-057806/O-3



CERTIDÃO DE CADASTRO EMPRESARIAL - 044/2022

DATA DA CONSULTA	NÚMERO DO LIVRO	NÚMERO DA PÁGINA
10/05/2022	001/2022	044/2022

A Fazenda Pública do Município de Laranjeiras do Sul - Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.205.970/0001-95, com sede na Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, esquina com a Avenida Santos Dumont, neste município e comarca, por intermédio da autoridade signatária, CERTIFICA, até a presente data, em relação ao requerido pelo e/ou responsável, infra descrito, que o Cadastro Municipal de Contribuinte da Fazenda Pública Municipal - STM possui **73(setenta e três)47** empresas ativas enquadradas como Micro e Pequena Empresa conforme a Lei 123/2006 com **CNAE: 8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente** e possui **44(quarenta e quatro)** empresas ativas enquadradas como Micro e Pequena Empresa conforme a Lei 123/2006 com **CNAE: 4763-6/02 - Comércio varejista de artigos esportivos.**

A presente Certidão, válida apenas em relação ao descrito em tela, servindo como prova perante qualquer órgão público ou privado

Requerido por intermédio de memorando interno sem número solicitação verbal do Departamento de Licitação.

Laranjeiras do Sul, 10 de Maio de 2022


João Luis Trentin
Autoridade Tributária
Credencial 480971



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

002

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

MINUTA PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2022 - PMLS

EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o n.º 76.205.970/0001-95, com sede na Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410, Laranjeiras do Sul, Paraná, torna público a Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo **Menor Preço Por Item**, a realizar-se na Prefeitura Municipal, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, com a Lei Federal 10.520/02, Decreto Federal 3.555/00, com as Leis Complementares n.º 123/2006 e 147/2014, Lei Complementar Municipal n.º 55/2015 e com o descrito neste edital.

O **PREGÃO** será conduzido pelo **PREGOEIRO**, auxiliado pela **EQUIPE DE APOIO**, conforme designação contida nos autos do processo.

DATA DA ABERTURA: xxx de xxxx de 2022.

HORÁRIO: xx:xx horas.

LOCAL: Prefeitura Municipal, Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410, Laranjeiras do Sul, Paraná.

Após o horário estabelecido neste edital, nenhum envelope será recebido.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno**, conforme as especificações descritas no Anexo I e termo de referência (Anexo II).

2. DA DOTAÇÃO

2.1. Os recursos serão oriundos da seguinte dotação orçamentária:

Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.30.00.00	000
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Material de Consumo	Recursos Ordinários (Livres)
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.30.00.00	961
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Material de Consumo	Contribuições e legados de entidades não gover. ECA/FMDCA
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.39.00.00	000
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Recursos Ordinários (Livres)
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.39.00.00	961
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Contribuições e legados de entidades não gover. ECA/FMDCA



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

003

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

2.2. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - LEI FEDERAL N. 12.846/13

2.2.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

2.2.1.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

2.2.1.2. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

2.2.1.3. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

2.2.1.4. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

2.2.1.5. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

2.2.1.6. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

2.2.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

2.2.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar as pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

3.1.1. Nos termos do Inciso I do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal 147/2014, a presente licitação é destinada à **exclusiva participação de microempresas e empresas de pequeno porte do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado**, que preencherem as condições de credenciamento exigidas neste Edital.

3.1.2. As empresas do ramo pertinente ao objeto da licitação que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e seus Anexos, cuja sede da empresa esteja localizada no município de Laranjeiras do



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

034

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

Sul, terão preferência até o limite de 10% acima do melhor preço válido, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social, nos termos do Art. 48, III, § 3º da LC 147/2014.

3.1.3. A prioridade para as ME e EPP locais prevista no Item 3.1.2. justifica-se devido a necessidade de promoção do desenvolvimento econômico social no âmbito do município e ampliação da eficiência das políticas públicas, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 055/2015, conforme segue:

Art. 41º, § 4º. - Em relação aos benefícios referidos nos incisos III, IV e V do § 1º a administração pública poderá, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local – Município de Laranjeiras do Sul, ou regionalmente - Território Cantuquiriguaçu, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (LC 123/2006, art. 48, § 3º, acrescentado pela LC 147/2014).

O Decreto nº 8.538/2015, em seu art. 1º, §2º, inciso I, âmbito local como:

Art. 1º, § 2º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - âmbito local - limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) Que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, ressalvado se amparados por certidão emitida pela instância judicial competente, certificando sua aptidão financeira para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993;
- b) Quem regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controlador coligado ou subsidiário entre si. Justifica-se a não participação de consórcios pela baixa complexidade e baixo vulto do objeto.
- c) Que esteja suspensa de licitar pelo Município de Laranjeiras do Sul ou declarada inidônea pela Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País;
- e) Será vedada a participação de pessoas arroladas no artigo 9º, da Lei 8.666/93;
- f) Não serão admitidas à participação de empresas punidas, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, com sanções prescritas no inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;
- g) **Empresas que não se enquadrem como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte ou MEI. (ME/EPP/MEI), devidamente declarado conforme Declaração de Enquadramento de ME/EPP/MEI.**

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, apresentando a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente, contrato social e alterações ou consolidado e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de propostas (lances verbais), oferta de descontos e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

4.1.1. Os documentos mencionados no Item anterior, inclusive o documento de identificação do representante credenciado, deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão;

4.1.2. A declaração de credenciamento ser assinada pelo representante legal e com assinatura reconhecida em cartório, e/ou poderá ser feito o reconhecimento da autenticidade pelo próprio



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

335

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

servidor do município, com a apresentação de documento para a devida comprovação, sob pena de não credenciamento.

4.1.3. Caso o contrato social e sua última alteração ou contrato social consolidado seja apresentado no ato do credenciamento fica dispensada sua reapresentação anexo aos documentos de habilitação dentro do envelope n. 2.

4.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou particular; neste último caso mediante apresentação do ato constitutivo da Empresa e documentos pessoais, para identificação daquele que outorgou os poderes ao seu representante. Tanto o instrumento público como o particular deverá conter menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame.

4.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá comprovar ser o responsável legalmente, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.4. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

4.5. Iniciada a Sessão, será vedada a substituição do representante da empresa devidamente credenciado, ainda que esteja munido de instrumento procuratório com poderes específicos, salvo por caso fortuito ou força maior.

4.6. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens 4.2 e 4.3. Não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de se manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção.

4.7. Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues **separadamente** dos envelopes de números 01 e 02.

4.8. Os Fornecedores deverão apresentar FORA DOS ENVELOPES, devidamente assinadas pelo representante legal da proponente, sob as penalidades cabíveis, os seguintes documentos:

a) Declaração de que atende a todos os requisitos do edital.

b) Carta de credenciamento, assinada pelo representante legal da proponente ou procuração dando poderes para rubricar ou assinar documentos (habilitação e proposta), manifestar intenções, dar lances, prestar todos os esclarecimentos da proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento, acompanhados da cópia autenticada do RG e CPF do Credenciado.

b.1.) Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá comprovar ser o responsável legalmente, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura, através de cópia do contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento de identificação.

c) Declaração de Enquadramento de ME/EPP/MEI (em anexo).

4.8.1. A ausência da Declaração de ME/EPP/MEI ou Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação ou sua apresentação em desconformidade com a exigência prevista não inviabilizará a participação da proponente neste Pregão. Tal declaração deverá ser impressa e assinada pelo credenciado na sessão, sanando definitivamente a falta da declaração, não cabendo interposição de recurso, diante desta situação.

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

036

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida pelo Pregoeiro, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados no preâmbulo do presente edital.

5.2. Declarada aberta à sessão pelo Pregoeiro, representante(s) da(s) Empresa(s) licitante(s) entregará (ao) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento a admissão de novos licitantes.

5.3. O envelope da Proposta de Preços deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2022 – PMLS
ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ**

5.4. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2022 – PMLS
ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ**

5.5. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 - Proposta de Preços - e, após, o Envelope 02 - Documentos de Habilitação.

5.6. Os envelopes deverão ser entregues pelo representante credenciado diretamente ao Pregoeiro ou Equipe de Apoio no horário e local determinados para abertura da licitação. A não apresentação do credenciamento, a incorreção do documento credencial **ou a ausência do representante**, não implicará na exclusão da proposta no certame, somente será impedido de participar da fase de lances e interpor recursos na sessão.

5.7. A empresa deverá protocolar os envelopes devidamente lacrados, juntamente com os documentos de credenciamento e declaração de atendimento aos requisitos de habilitação e de enquadramento em ME ou EPP.

5.7.1. A comprovação de microempresa e empresa de pequeno porte, deverá ser feita juntamente com o credenciamento, mediante Declaração de Enquadramento de ME/EPP/MEI (Anexo).

5.7.1.1. Caso esta declaração não for apresentada na sessão, a mesma será impressa e assinada pelo representante da empresa no ato.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via impressa e uma digital, no formulário padrão do sistema ES Proposta (fornecido no ato da retirada do edital) redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras, entrelinhas, devidamente datada e assinada, em todas as folhas e na última folha conter a assinatura, representante legal da licitante.

6.1.1. A apresentação das duas formas da proposta é obrigatória sob pena de desclassificação.

6.1.2. A proposta em sua forma digital poderá ser apresentada em cd ou pen drive, o qual será devolvido ao licitante após ser baixado no sistema de licitações.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

037

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

6.1.3. A proposta a ser apresentada em mídia digital, trata-se do arquivo de extensão “.esl” fornecido junto com o edital intitulado como ANEXO I, o qual deverá ser preenchido por sistema próprio, gravado, e apresentado em mídia digital preferencialmente fora dos envelopes no momento do credenciamento.

6.2. Na Proposta de Preços deverão constar:

6.2.1. Razão social da licitante, nº do CNPJ / MF, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco;

6.2.2. Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a **60 (sessenta dias) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. Se na proposta não constar prazo de validade ou estiver inferior, subentende-se **60 (sessenta) dias**.

6.2.3. Prazo de entrega/execução: **12 (doze) meses** após o recebimento da Ordem de Compras emitido pelo Departamento de Compras. Se na proposta não constar prazo de entrega/execução ou estiver inferior, subentende-se **12 (doze) meses**.

6.2.4. Uma única cotação, com preço unitário e total, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros.

6.2.5. Deverá ser indicada a marca, sob pena de desclassificação da proposta. No caso de prestação de serviços, deverá ser indicada a razão social da empresa. Caso a empres não indique, será considerado como marca, a razão social da empresa.

6.3. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

6.4. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexecutável no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais;

6.5. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem irregularidades capazes de dificultar o julgamento;

6.7. O Pregoeiro considerará como formais erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.2. Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e equipe de apoio;

7.3. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **Menor Preço Por Item**;

7.4. Lido os preços, o Pregoeiro relacionará todas as propostas em ordem crescente.

7.5. O autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

038

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

7.6. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as 03 (três) melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam seus preços ofertados na proposta escrita;

7.7. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

7.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sediadas no município de Laranjeiras do Sul, terão a prioridade de contratação, desde que apresentem ao final da fase de lances, valores até o limite de 10% superiores do melhor preço válido, conforme disposto no Art. 48, § 3º da Lei Complementar 123/2006 e alterações incluídas pela Lei Complementar 147/2014.

7.10. A prioridade prevista no item "7.9.", justifica-se devido a necessidade de promoção do desenvolvimento econômico social no âmbito local e ampliação da eficiência das políticas públicas.

7.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 12 deste Edital;

7.12. Caso não se realize lances verbais, e a negociação seja frustrada, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, e dado prosseguimento ao processo;

7.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

7.14. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

7.15. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

7.16. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

7.16. Nas situações previstas nos subitens 7.11, 7.12 e 7.15, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

7.17. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos licitantes presentes; a estes, sendo-lhes facultado esse direito.

7.17.1. Havendo recusa de qualquer licitante em assinar a ata, este fato será registrado pelo Pregoeiro, presumindo-se concordância de tal licitante com todos os seus termos e conteúdo, ficando precluso o direito de recurso.

8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

009

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

8.1. Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos à habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal.

8.1.1. Os documentos comprobatórios pertinentes habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal deverão se encontrar dentro do Envelope Nº 02 (Documentos de Habilitação), e a veracidade das informações constantes poderá ser comprovada mediante diligência via *online*.

8.2. As empresas deverão apresentar dentro do Envelope Nº 02 (Documentos de Habilitação), os documentos abaixo relacionados, em plena validade:

8.2.1. Relativos à Habilitação Jurídica

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b.1) os documentos em apreço deverão estar acompanhados de sua última alteração ou da consolidação respectiva;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.2.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

b) Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

b.1) faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de Falência e de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

a) 1) O prazo de validade, deverão ter data de **expedição não superior a 60 (sessenta) dias**, da data prevista para apresentação dos envelopes.

a.2) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.2.4. Relativos à Qualificação Técnica



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

Os Fornecedores deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal, sob as penalidades cabíveis, de que:

a) Declaração Unificada: Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação; Que tomou conhecimento das normas do edital; tomou conhecimento de todas as informações; Que não se encontra declarada inidônea; Declaração de regularidade no ministério do trabalho em atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal; Inexistência de parentesco com integrantes do Poder Municipal; Que fornece aos seus funcionários e colaboradores os EPIs e EPCs.

b) Declaração de Indicação do profissional responsável pelos serviços de cada item;

b) 1) Juntamente com a declaração acima, deverá apresentar o comprovante de vínculo empregatício do Profissional Responsável, mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho/Prestação de serviços. Obs.: Caso o Profissional Responsável pelos serviços, seja dirigente ou sócio da empresa proponente, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou apresentar cópia do contrato social.

c) **ITEM 01:** o profissional deverá estar devidamente habilitado, Graduação faixa preta ou marrom de jiu – jitsu registrado pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu – CBJJ, em plena vigência. E com experiência com crianças e adolescentes.

8.3. Os Fornecedores deverão apresentar **FORA DOS ENVELOPES**, devidamente assinadas pelo representante legal da proponente, sob as penalidades cabíveis, os seguintes documentos:

a) Declaração de que atende a todos os requisitos do edital.

a.1) Caso esta declaração não for apresentada na sessão, a mesma será impressa e assinada pelo representante da empresa no ato.

b) Carta de credenciamento, assinada representante legal da proponente ou procuração dando poderes para rubricar ou assinar documentos (habilitação e proposta), manifestar intenções, dar lances, prestar todos os esclarecimentos da proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento, acompanhados da cópia autenticada do RG e CPF do Credenciado.

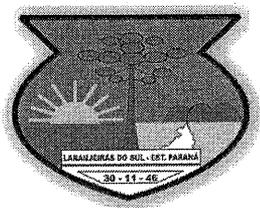
c) A comprovação de microempresa e empresa de pequeno porte, deverá ser feita juntamente com o credenciamento, mediante Declaração de Enquadramento de ME/EPP/MEI (Anexo).

c.1) Caso esta declaração não for apresentada na sessão, a mesma será impressa e assinada pelo representante da empresa no ato.

8.4. As certidões, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, da data prevista para apresentação dos envelopes.

8.5. As empresas enquadradas como ME ou EPP ou MEI, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a empresa não será declarada inabilitada, e será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.5.1. Ressalta-se, que as ME e EPP deverão obrigatoriamente apresentar o documento fiscal com restrição, para que seja concedido o prazo para a regularização da documentação.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

041

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

8.6. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, apresentar a Certidão Simplificada da Junta Comercial;

8.6.1. Considera-se microempresa, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

8.6.2. Consideram-se empresas de pequeno porte, auferiram, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital.

9.2. As solicitações de esclarecimentos, de providências ou as impugnações do presente edital deverão ser protocoladas na Prefeitura Municipal na divisão de licitações, em prazo não inferior a 02 (dois) dias anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

9.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24h00 (vinte e quatro horas) e informar.

9.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

9.5. Eventuais Impugnações do Edital e os recursos previstos em lei, os quais deverão estar devidamente fundamentados, somente serão recebidos conforme o prazo especificado abaixo, mediante:

a) Protocolo na Divisão de Licitação do Município de Laranjeiras do Sul - PR, de 2ª a 6ª feira, no horário compreendido entre as 08h00 e 11h30 e das 13h00 e 17h30.

b) Recebimento via postal para o Departamento de Licitações, por qualquer forma de entrega, contando-se o prazo de recebimento, não o prazo de postagem.

9.5.1. As impugnações enviadas via fac-símile ou e-mail serão recebidos, desde que devidamente fundamentadas.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

10.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

11. DO CONTRATO

11.1. Como condição para a celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

042

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

11.1.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, poderá ser substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e § 4º, da Lei 8.666/93.

11.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, perante, à Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

11.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.4. A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a:

11.4.1. Após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal;

11.4.2. Substituir, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após notificação formal, os produtos/serviços entregues em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

11.4.3. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo, supressões acima de esse limite ser resultante de acordo entre as partes.

11.5. Se a licitante vencedora recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas na seção 12 deste Edital de Pregão.

11.6. Se a licitante vencedora injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção 12 deste Edital.

11.6.1. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, a sessão do Pregão será retomada na fase em que ocorreu a adjudicação do então vencedor.

11.7. O Órgão se obriga, nos termos previstos neste edital a:

11.7.1. Receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

11.7.1.1. Os serviços serão recusados e devolvidos nas seguintes hipóteses:

a) Nota fiscal com especificação e quantidades e especificação dos requisitos em desacordo com o discriminado no ANEXO I deste Edital;

11.7.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á pela Secretaria de Assistência Social e Segurança da Família, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § do art. 86 da Lei nº8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a administração municipal poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração municipal, por prazo de até 2 (dois) anos.

12.3.3. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste da administração municipal, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder à cobrança judicial da multa.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. É facultado o Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

13.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

13.2.1. A anulação do procedimento induz às anulações da Ordem de Fornecimento e da Nota de Empenho.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

044

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

13.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

13.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e ao Órgão não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o próximo dia útil na mesma hora e local pré-definidos ou, não sendo possível, será remarcado e novamente publicado na Imprensa Oficial.

13.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

13.8. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, o Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do PREGÃO.

13.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.10. Os casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

Laranjeiras do Sul/PR, de maio de 2022.

EDSON CARLOS BECKER
Pregoeiro



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

045

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

ANEXO I FORMULÁRIO PADRÃO ES – PROPOSTAS

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39121	PROFISSIONAL PROFESSOR DE JIU-JITSU capacitado para prestação de serviços de aulas de JIU-JITSU, destinadas a crianças e adolescentes encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, 03 dias por semana, 02 horas diárias, 06 horas semanais, 24 horas mensais, 288 horas anuais, por um período de doze meses não contínuos (serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas).	288,00	HS	100,00	28.800,00
2	39122	KIMONO M4 cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca	20,00	UN	141,00	2.820,00
3	39123	KIMONO A0 cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca	20,00	UN	195,00	3.900,00
4	39124	KIMONO A1 cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca	20,00	UN	195,00	3.900,00
5	39125	KIMONO A2 cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca.	10,00	UN	195,00	1.950,00
6	39126	TATAME 1,00M X 1,00M X 30MM	100,00	UN	99,90	9.990,00
TOTAL						51.360,00



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

046

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno**

2 - JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

O Projeto Social Jiu-Jitsu para todos surge da necessidade de implantar no município um espaço capaz de promover o desenvolvimento de ações que visem à promoção e prevenção de diversas problemáticas emergidas de cunho sócio familiar que, afligem esta faixa etária, promovendo a autoestima e a autoconfiança nos jovens que praticam esta arte marcial.

Quanto ao público alvo, o projeto atenderá crianças e adolescentes do município de Laranjeiras do Sul, que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do CRAS e do Centro da Juventude, e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do CREAS; serão aceitas as inscrições de crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e Centro da Juventude, e as entidades cadastradas no CMDCA, o qual destes encaminhamentos serão observados os critérios abaixo.

Cada oficina poderá abrir espaço para até 20 participantes no período da manhã e 20 participantes no período da tarde, no qual o CRAS, CREAS, Centro da Juventude e Entidades sociais cadastradas no CMDCA poderão fazer os encaminhamentos para participar do projeto.

Quanto à faixa etária, as oficinas atenderão crianças e adolescentes com idade entre 06 (seis) a 11 (onze) anos no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e de 12 (doze) anos à 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses no Centro da Juventude. Poderão participar os adolescentes de até 21 (vinte e um) anos de idade desde que estejam em cumprimento de medida socioeducativa LA (Liberdade Assistida) ou PSC (Prestação de Serviço à Comunidade). Caso haja vagas remanescentes poderão ser ofertadas à demais adolescentes em risco ou que estejam em outras MSE.

Quanto aos critérios para admissão, estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais, ou o responsável legal ou a própria criança e adolescente, cuja família deve possuir renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Em casos de sobras de vagas, poderá ser aberto inscrições para os demais interessados que, não se encaixam no critério de renda.

O objetivo geral tem a finalidade de constituir um espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e de autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As atividades serão pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas.

O principal objetivo é o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, contribuindo para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades abordam questões relevantes sobre a juventude, visando a construção de novos conhecimentos e a reflexão sobre valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também estimulam habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa de modo a orientar o jovem para a escolha profissional.

Quanto a metodologia, as aulas de jiu-jitsu serão realizadas com carga horária de 6h semanais divididos em duas turmas, sendo uma no período da manhã e outra no período da tarde. As aulas devem seguir um planejamento adequado com o rendimento da turma de acordo com a evolução da turma e compatível com a idade e graduação. Os aspectos sociais e morais serão abordados na aula visando atingir todos os objetivos do projeto.

As avaliações dos alunos serão contínuas de acordo com o rendimento, comportamento e frequência nos treinos.

O sistema de graduação deve ser usado o sistema da entidade máxima do esporte – IBJJF – como referência de faixas e prazos para podendo ser adaptada de acordo com a demanda e a critério do professor. Em geral, os exames e graduações ocorrem no meio e no fim do ano, as faixas devem ser solicitadas com antecedência com tempo hábil para aquisição das mesmas, respeitando o tramite legal. A participação em eventos e campeonatos também deve ser feito esse devido planejamento.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

047

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

O monitoramento dos resultados se dará pela lista de presença, além de pesquisa de satisfação entre os participantes do projeto e, relatórios periódicos dos professores junto à equipe técnica. A oficina contará com profissional responsável com formação específica e registro de faixa preta ou marrom nas entidades máxima que regulam a modalidade – CBJJ e IBJJF – o qual desenvolverá aulas de Jiu – Jitsu com o devido planejamento e metodologia para o público alvo. Os pré-requisitos também devem incluir experiência no trabalho com crianças. Os materiais que serão adquiridos para o desenvolvimento do projeto farão parte da organização do CRAS do CREAS, do Centro da Juventude. Acompanharão o projeto os técnicos do CRAS, CREAS, Centro da Juventude e entidades sociais cadastradas.

2.1. DO VALOR

2.2. A descrição do objeto contendo as características, quantidade e valor máximo, constam no Anexo I e neste Termo de Referência, e totaliza **R\$ 51.360,00**.

Nota: Os preços de referência representam os preços praticados por fornecedores, de acordo com pesquisa realizada no mercado.

2.3. Serão consideradas apenas duas casas após a vírgula, as demais serão desconsideradas.

2.4. No valor estão inclusas todas as despesas inerentes aos serviços objeto desse processo licitatório, como mão de obra, insumos, taxas etc.

3 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 O prazo de vigência do contrato será de doze meses a partir da assinatura do contrato. Considerando-se que devido ao período de férias e outras intercorrências, 12 meses podem não ser suficientes para execução das 288 horas de trabalho previstas, podendo o contrato ser prorrogado de comum acordo entre as partes. O projeto será executado nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.2. O prazo para a entrega dos itens 02, 03, 04, 05 e 06 é de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da Ordem de Compras emitido pelo Departamento de Compras. O local de entrega será indicando na Ordem de Compras.

3.3. DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

3.4. Prestação de serviços de aulas de JIU-JITSU por professor habilitado, destinadas a crianças e adolescentes encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, **03 dias por semana, 02 horas diárias, 06 horas semanais, 24 horas mensais, 288 horas anuais, por um período de doze meses não contínuos (serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas).**

3.5. O profissional indicado deverá ser devidamente habilitado e prestar serviços de oficinas, nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, atendendo crianças e adolescentes do PROJETO JIU-JITSU PARA TODOS.

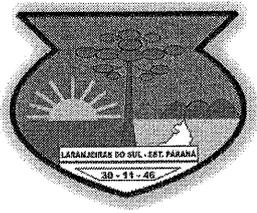
3.6. Fornecimento de 100 peças de tatame, 1,00M X 1,00M X 30MM.

3.7. Fornecimento de 70 kimonos para jiu-jitsu de tamanhos variados.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A contratada deverá comprometer-se a iniciar os serviços na data acordada.

4.2. No valor estão inclusas todas as despesas inerentes à realização do objeto, inclusive material de consumo, transporte, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

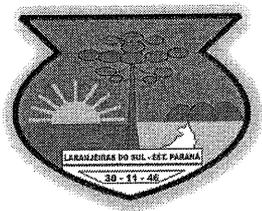
Estado do Paraná

048

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

- 4.3. Responsabilizar-se pelos danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços.
- 4.4. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências da prestação dos serviços, ou em qualquer outro local onde estejam prestando os serviços, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.
- 4.5. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução dos serviços, mesmo que para isso outra solução não prevista tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o Município.
- 4.5. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que os serviços se realizem com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira responsabilidade.
- 4.6. Ser responsável pela execução do serviço licitado até o seu resultado final.
- 4.7. Responder, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade dos serviços executados, que destinam ou lhes diminuam o valor, sem prejuízo das demais disposições do CDC;
- 4.8. Dar ciência imediata e por escrito ao Município sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução dos serviços;
- 4.9. Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos prejuízos ou danos que eventualmente venha a ocasionar ao Município e/ou a terceiros, em função da execução do objeto;
- 4.10. Responsabilizar-se pela execução do serviço licitado até o seu resultado final;
- 4.11. Manter entendimento com o Município, objetivando evitar interrupções ou paralisações na execução dos serviços.
- 4.12. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 4.13. Cumprir a legislação trabalhista com relação a seus funcionários, e quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados.
- 4.14. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 4.15. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.
- 4.16. Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a contratada adotará as providências necessárias no sentido de preservar o Município e de mantê-lo a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará o Município das importâncias que este tenha sido obrigado a pagar, dentro do prazo improrrogável de dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.
- 4.17. Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção da propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços.
- 4.18. Reembolsar o Município, caso os profissionais causem danos materiais ao seu patrimônio.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

049

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

5 - GESTOR DO CONTRATO

A gestão e fiscalização deste contrato será realizada pela Secretaria de Assistência Social através do Sr(a) xxxxxxxxxxxx matrícula nº xxxxxxxxxxxx, Cargo xxxxxxxxxxxxxxxx o qual ficará responsável pelo controle e fiscalização do objeto contratado.

5.1. DO PAGAMENTO

5.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela unidade competente. No caso do término do pagamento ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3. A nota fiscal deverá ser emitida e entregue no Departamento de Compras, com o devido aceite dos serviços, atestado no verso do documento fiscal, durante o horário do expediente.

5.4. Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será susado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da fatura.

5.5. O pagamento será efetuado mediante a emissão da nota fiscal acompanhada da Certidão Negativa do INSS, do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS e da CNDT.

5.6. Caso as certidões estejam com sua validade vencida, o contrato poderá ser rescindido conforme Art. 78, da Lei 8.666/1993.

5.7. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

6 - CRONOGRAMA FÍSICO

O contrato terá vigência de 12 meses, tendo a empresa o prazo de 30 dias a partir da assinatura do contrato para iniciar o projeto, de acordo com as especificações e local e horários pré-definidos.

GRADE HORARIA			
I. SEGUNDA – FEIRA			
Horários	PERÍODO MANHÃ	Horários	PERÍODO TARDE
09:00 – 10:00	JIU - JITSU	13:00 – 14:00	JIU – JITSU
II. QUARTA – FEIRA			
Horários	PERÍODO MANHÃ	Horários	PERÍODO TARDE
09:00 – 10:00	JIU – JITSU	13:00 – 14:00	JIU - JITSU
I. SEXTA – FEIRA			
Horários	PERÍODO MANHÃ	Horários	PERÍODO TARDE
09:00 – 10:00	JIU – JITSU	13:00 – 14:00	JIU – JITSU

6.2 – METODOLOGIA

Após a identificação do perfil e interesse da criança/adolescente, o mesmo irá participar das atividades, as quais acontecerão nos períodos da manhã e tarde, nos locais determinados.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

050

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Solicita-se que o fornecedor comprove que o profissional contratado seja devidamente habilitado, Graduação faixa preta ou marrom de jiu – jitsu registrado pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu – CBJJ com experiência com crianças e adolescentes.

8 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

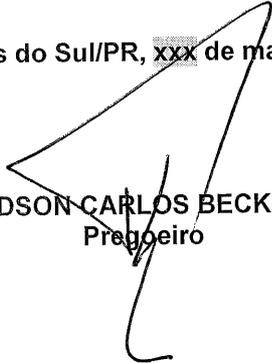
O recebimento dos serviços serão feitos mediante atesto nas Notas Fiscais do serviço/produtos efetivamente prestado/entregue.

9 – CONDIÇÕES GERAIS:

9.1 - O Objeto deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no edital de licitação, podendo implicar na recusa do mesmo pela inobservância de qualquer das exigências estabelecidas;

9.2 – O Município poderá revogar o processo licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Laranjeiras do Sul/PR, ~~xxx~~ de maio de 2022.


EDSON CARLOS BECKER
Preço



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

051

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

ANEXO III

Município de Laranjeiras do Sul – Paraná

Licitação Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2022-PMLS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno

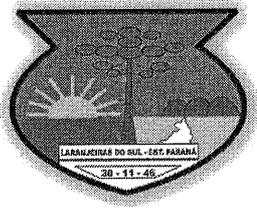
Modelo de Declaração

Dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação

Em atendimento ao previsto no edital de PREGÃO nº XX/2022-PMLS, DECLARAMOS que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo do CNPJ



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

052

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

ANEXO IV

(Declaração deverá ser entregue em papel A4, preferencialmente timbrado, ou com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal).

Modelo de Declaração Unificada

Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação; Que tomou conhecimento das normas do edital; tomou conhecimento de todas as informações; Que não se encontra declarada inidônea; Declaração de regularidade no ministério do trabalho em atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal; Inexistência de parentesco com integrantes do Poder Municipal; Que fornece aos seus funcionários e colaboradores os EPIs

Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul - PMLS

Referência: Pregão Presencial nº xxx/2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno

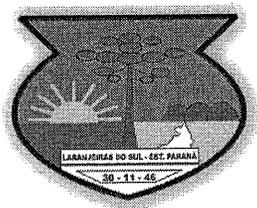
A empresa abaixo assinada declara, sob as penas da lei, que:

- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar, em havendo, ocorrências posteriores que o inabilite para participar de certames licitatórios.
- Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados e que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores) bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consangüíneo, até o terceiro grau ou por adoção, conforme disposto no art. 90º. da Lei Orgânica do Município de Laranjeiras do Sul, bem como o Art. 9º da lei Federal 8.666/1993, e Súmula vinculante nº. 13 STF.
- Os sócios da empresa não são servidores efetivos, temporários ou comissionados do município de Laranjeiras do Sul;
- Que fornece aos seus funcionários e colaboradores os EPIs (Equipamento de Proteção Individual), e EPCs equipamentos de proteção coletiva, conforme ambiente de trabalho.
- Que atende a toda legislação pertinente ao objeto licitatório.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo do CNPJ

NOTA(*): DOCUMENTO OBRIGATÓRIO – APRESENTAR DENTRO DO ENVELOPE 2 – HABILITAÇÃO



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

053

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

ANEXO V

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

(em papel A4, preferencialmente timbrado, ou com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal com firma reconhecida).

Obs: Na hipótese de apresentação desta procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada de cópia autenticada do ato constitutivo da empresa ou certidão simplificada da junta comercial, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PARTICULAR PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.ºe Inscrição Estadual sob n.º, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), **no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL n.º. xxx/2022**, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia

(Nome e assinatura do representante legal com firma reconhecida e/ou poderá ser feito o reconhecimento da autenticidade pelo próprio servidor do município, com a apresentação de documento para a devida comprovação)



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

054

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

ANEXO VI MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE Nº. XX DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL E A EMPRESA XX.

O **MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410, Laranjeiras do Sul, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JONATAS FELISBERTO DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **xx** inscrita no CNPJ n.º xx, situada a Rua xx, n.º xx, xx, xx, CEP. xx, neste ato representada pelo Sr. **xx**, brasileiro, xx, xx, inscrito no CPF/MF n.º xx, e portador da cédula de identidade n.º xx SSP/xx, residente e domiciliado em xx – xx, doravante denominado **CONTRATADA**, têm justo e contratada o **forneimento**, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Do Objeto do Contrato e seus Elementos Característicos (Art. 55, I, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno.**

Parágrafo Primeiro: A contratada obriga-se a **EXECUTAR: xxxxx**

Do Regime de Execução ou da Forma de Forneimento (Art. 55, II, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA: A Contratada executará o presente contrato de forma direta, contratando os profissionais que julgar necessário para o bom e fiel desempenho do objeto do presente contrato, assumindo integral responsabilidade, ficando vedada a subcontratação, a não ser com a anuência expressa da Contratante.

Parágrafo Primeiro: A entrega será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato.

Parágrafo Segundo: A contratada fica obrigada a trocar por suas expensas os serviços caso esses vierem a ser recusados, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

Do Preço e das Condições de Pagamento e do Reajuste (Art. 55, III, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO CONTRATO: O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ xx (xx).

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela unidade competente. No caso do término do pagamento ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente. O pagamento será efetuado juntamente com a Nota Fiscal, devidamente acompanhada da Certidão Negativa do INSS, do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS e da CNDT. Caso as certidões estejam, com sua validade vencida, o contrato poderá ser rescindido conforme Art. 78, da Lei 8.666/1993.

Parágrafo Segundo: A entrega definitiva será realizada pelo fiscal do contrato.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

355

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

Parágrafo Terceiro: O presente contrato não será passível de reajuste.

Parágrafo Quarto: No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

Do Prazo de Vigência e Reajuste (Art. 55, IV, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA: O contrato terá vigência de 12 meses, a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes, conforme legislação.

Parágrafo Único: O CONTRATO será passível de reajuste, pelo índice INPC após o período de 12 (doze) meses.

Dos Créditos Orçamentários (Art. 55, V, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA: As despesas decorrentes deste contrato terão como suporte a seguinte dotação orçamentária:

Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.30.00.00	000
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Material de Consumo	Recursos Ordinários (Livres)
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.30.00.00	961
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Material de Consumo	Contribuições e legados de entidades não gover. ECA/FMDCA
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.39.00.00	000
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Recursos Ordinários (Livres)
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.39.00.00	961
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Contribuições e legados de entidades não gover. ECA/FMDCA

Dos Direitos e das Responsabilidades das Partes, das Penalidades Cabíveis e dos Valores das Multas (Art. 55, VII, Lei 8.666/93)

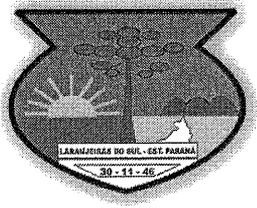
CLÁUSULA SEXTA: São obrigações da Contratada:

I - Cumprir fielmente as obrigações assumidas e entregar os serviços de acordo com as características mínimas, sob sua inteira responsabilidade.

II - Cumprir o prazo de início de execução na proposta de preço.

III - Aguardar os trâmites legais, para recebimento dos valores.

IV - Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo contratante.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

056

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

V - O local de entrega será indicado na Ordem de Compras emitido pelo Departamento de Compras do Município.

VI – Demais obrigações consta no Anexo I e II, deste edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: São obrigações da CONTRATANTE:

I - Fiscalizar a entrega dos equipamentos.

II - Remunerar a CONTRATADA de acordo com o valor e forma de pagamento ora ajustado.

CLÁUSULA OITAVA: A inadimplência das obrigações contratuais assumidas ensejará a rescisão antecipada do contrato, bem como sujeitará o infrator ao pagamento da multa contratual de 10% (dez por cento) do valor global contratado.

Dos Casos de Rescisão e do Reconhecimento dos Direitos da Administração (Art. 55, VIII e IX, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA: A rescisão do presente contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, na forma do art. 79, II da Lei nº. 8.666/93, ou judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Único: O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem às hipóteses do art. 77 e 78 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Da Licitação (Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente contrato está vinculado a licitação modalidade **Pregão Presencial n.º XXX/2022 - PMLS**, bem como na proposta de preços emitida pela CONTRATADA.

Da Legislação Aplicável (Art. 55, XII, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 8.666/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie.

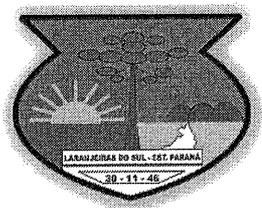
Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

Do Fiscal do Contrato (Art. 58, III, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada, bem como terá toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, pelo (a) servidor (a) público (a) XX, Matrícula nº XXX, nomeado (a) pela portaria nº XX/201X, de XX/XX/201X.

Do Foro (Art. 55, § 2º, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato. E por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, para os fins de direito, submissos às regras estatuídas pela Lei 8.666/93 e aos termos do ato que autorizou a contratação.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

057

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

LARANJEIRAS DO SUL/PR, xx de xx de 2022.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

Testemunhas:

XXXXXX
CPF nº XXXXXX

XXXXXX
CPF nº XXXXXX



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

058

Rua EXP. João Maria, nº 1020, esq. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 –
85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

<http://www.ls.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Gestão 2021/2024

DECRETO Nº 003/2022

03/01/2022

**SÚMULA: NOMEIA PREGOEIROS E EQUIPE DE
APOIO PARA AS LICITAÇÕES
DENOMINADAS PREGÃO PRESENCIAL.**

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no exercício da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso VI da Lei Orgânica do Município e com base no Inciso IV do Artigo 3º da Lei Federal Nº 10520 de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os Pregoeiros e a Equipe de Apoio para as Licitações na Modalidade de Pregão Presencial, ficando com a seguinte composição:

Pregoeiro	– EDSON CARLOS BECKER
Pregoeiro Substituto	– UBIRATAN BENCHUR DE RAMOS
<u>Equipe de Apoio</u>	– JOILSON GROSSELLI GALVÃO – RENAN LANGER – MARCOS PAULO GROSSELLI GALVÃO

Art. 2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de janeiro de 2022.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicação, com assinatura, feita no **Jornal Correio do Povo do Paraná**
Edição nº 3803 – de 04/01/2022



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

059

Rua EXP. João Maria, nº 1020, esq. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 –
85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

<http://www.ls.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Gestão 2021/2024

PORTARIA Nº 270/2021
25/10/2021

**SÚMULA: DESIGNA SERVIDORES COMO FISCAIS DE
CONTRATOS DO MUNICÍPIO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos),

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores a seguir para exercerem as funções de FISCALIS DE CONTRATOS, firmados pelas Secretarias Municipais abaixo relacionadas:

I) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

- MARINA ARAÚJO NESI DE QUADROS

Matrícula: 040622-1

- JOSELAINE DE MIRANDA ALMEIDA

Matrícula: 037133-1

II) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE:

- GILSO ORO

Matrícula: 039951-1

III) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

- EVERTON SANTOS VAZ

Matrícula: 048658-1

- JOÃO MARIA DA SILVA

Matrícula: 028550-1

IV) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- MARINILCE MARIANO DOBBINS

Matrícula: 028746-1

- SUZAMARA BATISTA

Matrícula: 045608-1

- INGRID FACCIN GUSTTMANN

Matrícula: 039349-1

V) SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GESTÃO:

- MARCOS REINALDO COLETH

Matrícula: 040061-1

VI) SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA:

- DEOMAR DE NEZ

Matrícula: 037109-1

VII) SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO:

- VILSON RIBEIRO BUENO

Matrícula: 040223-1

- ALETEIA DE OLIVEIRA DUTRA

Matrícula: 048810-1

- HUELITON KARNOSKI

Matrícula: 048216-1

VIII) SECRETARIA MUNICIPAL DE VIACÃO:

- JACKSON FRANZONI

Matrícula: 022454-1

- CLOVIS WALCZINSKI

Matrícula: 021890-1

- OSCAR GOMES FERREIRA

Matrícula: 036765-1

- JEFERSON PAULO MAIA

Matrícula: 029106-1

- LEANDRO ROTH

Matrícula: 028703-1

- ADRIANO GROSS DA SILVA

Matrícula: 035751-1

- HERON RODRIGO ROCHI

Matrícula: 045748-1

- MATHEUS MANOEL GUEDES MARTINS

Matrícula: 042790-1

IX) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA DA FAMÍLIA:

- JEAN CARLO PANATO

Matrícula: 027839-1

- NILSON BRONHOLO

Matrícula: 036081-1

X) SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:

- NEILOR JOSE SOUTHER

Matrícula: 014532-1

XI) SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

- PLACIDO DAMIANI NETO

Matrícula: 048674-1

XII) SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES:

- ALEX SANDRO ROSA

Matrícula: 028851-1

Art. 2º Os FISCAIS DE CONTRATOS ora nomeados exercerão, entre outras, as seguintes atribuições:

I – Ler atentamente o Termo de Contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

II – Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiver sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

III – Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar o atesto. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue este processo corretamente;

IV – Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

V – Notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instancias competentes aquelas que fugirem sua alçada;

VI – Receber e encaminhar imediatamente as Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao departamento competente, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada refere-se ao objeto que foi efetivamente contratado;

VII – Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

VIII – Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação dos Fiscais, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

IX – Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvida técnica administrativa ou jurídica.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul/PR, 25 de outubro de 2021.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicação, com assinatura, feita no **Jornal Correio do Povo do Paraná**
Edição nº 3757 – de 27/10/2021

Município de Laranjeiras do Sul

Solicitação 89/2022

062

107
108

Equipiano

Página:1

Solicitação		Emitido em	Quantidade de itens
Número	Tipo		
89	Contratação de Serviço	10/05/2022	6
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
13330-2	REGIANE DE FATIMA NUNES CASTRO	0/2022	
Local			
23	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SEG DA FAMILIA		
Órgão			
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SEG DA FAMILIA		
Forma de pagamento			
Descrição		Tipo	
CONFORME CONTRATO		Depósito bancário	
Entrega			
Local		Prazo	
CONFORME CONTRATO		12 Meses	

Descrição:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO "JIU-JITSU PARA TODOS", OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO

Justificativa:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO "JIU-JITSU PARA TODOS", OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO

Lote
001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
039121	PROFISSIONAL PROFESSOR DE JIU-JITSU capacitado para prestação de serviços de aulas de JIU-JITSU, destinadas a crianças e adolescentes encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, 03 dias por semana, 02 horas diárias, 06 horas semanais, 24 horas mensais, 288 horas anuais, por um período de doze meses não contínuos (serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas).	HS	288,00	100,00	28.800,00
039122	KIMONO M4 cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca	UN	20,00	141,00	2.820,00
039123	KIMONO A0 cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca	UN	20,00	195,00	3.900,00
039124	KIMONO A1 cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca	UN	20,00	195,00	3.900,00
039125	KIMONO A2 cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca.	UN	10,00	195,00	1.950,00
039126	TATAME 1,00M X 1,00M X 30MM	UN	100,00	99,90	9.990,00
				TOTAL	51.360,00
				TOTAL GERAL	51.360,00



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro– Cx. Postal 121 – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

<http://www.ls.pr.gov.br>



PARECER

Direito Administrativo. Licitações e Contratos.

Contratação de empresa para prestação de serviços profissional, professor de JIU-JITSU, e aquisição de materiais esportivos (quimonos e tatames), para a execução do Projeto “JIU-JITSU PARA TODOS”, ofertado pela Secretaria Municipal de Assistência Social à crianças e adolescentes.

RELATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade pregão presencial com vistas a **contratação de empresa para prestação de serviços profissional, professor de JIU-JITSU, e aquisição de materiais esportivos (quimonos e tatames), para a execução do Projeto “JIU-JITSU PARA TODOS”, ofertado pela Secretaria Municipal de Assistência Social à crianças e adolescentes.**

Os autos, encontram-se instruídos com os seguintes documento

- a- Manifestação técnica dos Secretários responsáveis, justificando a necessidade da contratação, fls. **01/08**;
- b- Orçamento da contratação e planilhas de preços, fls. **09/25**;
- c- Memorando /Secretário Finanças, fls. **26**;
- d- Indicação de dotação orçamentária, fl. **30**;
- e- Certidão Autoridade Fiscal, fl. **31**;
- f- Termo de referência, fl. **62**;
- g- Portaria Designação de fiscais de contrato, fls. **59/61**;
- h- Decreto Designação de pregoeiro e equipe de apoio, fl. **58**;
- i- Minuta do edital e anexos, fls. **32/57**;

Na sequência, o processo foi remetido a esta Procuradoria, para a análise prévia dos aspectos jurídicos da minuta de edital elaborada, prescrita no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Este Parecer, portanto, tem o escopo de assistir a Administração Pública no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação.

ANÁLISE JURÍDICA

I. DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA

O pregão consiste em modalidade de licitação instituída pela Lei nº 10.520/2002, para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro– Cx. Postal 121 – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

<http://www.is.pr.gov.br>



Nos termos do parágrafo único do art. 1º do referido diploma legal¹, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Fica claro que o objeto da presente licitação, qual seja a **contratação de empresa para prestação de serviços profissional, professor de JIU-JITSU, e aquisição de materiais esportivos (quimonos e tatames), para a execução do Projeto “JIU-JITSU PARA TODOS”, ofertado pela Secretaria Municipal de Assistência Social à crianças e adolescentes**, se enquadra no artigo 1º da lei 10.520/2002, sendo serviço comum.

No caso vertente, viabiliza a adoção do pregão como modalidade licitatória e o exame dos demais aspectos jurídicos relativos ao certame proposto.

II. DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

O pregão é regido pela Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93.

Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação foram estabelecidos no art. 3º da Lei nº 10.520/2002, que assim dispõe:

- I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;
- II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
- III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e
- IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

A seguir, passa-se ao cotejo entre estas exigências legais e a instrução dos autos, no intuito de verificar a regularidade jurídica do caso em exame, ou, se for o caso, apontar as providências que ainda devem ser adotadas pela Administração.

Da justificativa da contratação

¹ Art. 1º da Lei nº 10.520/2002: “Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. **Parágrafo único.** Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro– Cx. Postal 121 – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

<http://www.ls.pr.gov.br>



Nos autos, a justificativa da contratação, com exposição da sua motivação e dos benefícios dela resultantes, foi vazada nas fls. **01/08**.

É importante lembrar que a teoria dos motivos determinantes preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Até mesmo sua validade dependerá da efetiva existência dos motivos apresentados. Recomenda-se, por isso, especial cautela quanto aos seus termos, que devem ser claros, precisos e corresponder à real demanda da Autarquia.

Do Termo de Referência e da definição do objeto

O Termo de Referência consiste em um dos atos essenciais do pregão e deve conter todos os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos e sua execução. Deve propiciar a avaliação do custo pela Administração, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução contratual.

Em atendimento à exigência legal, foi juntado nos autos o Termo de Referência afeto à contratação ora pretendida fls. **62**.

Ainda quanto ao Termo de Referência, infere-se do art. 8º, III, "a" do Decreto nº 3.555/2000 que balizará a definição do objeto do certame pela autoridade competente, exigida na Lei do Pregão (nº 10.520/2002). Nos autos, percebe-se a consonância entre o objeto detalhado pela área requisitante e aquele definido pela autoridade competente, constante da minuta de Edital.

Para a licitude da competição, impende também que a definição do objeto, refletida no Termo de Referência, corresponda às reais necessidades da Autarquia, evitando-se detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários, capazes de conduzir à limitação da competitividade do certame. Registre-se que não incumbe à Procuradoria avaliar as especificações utilizadas, dado o seu caráter eminentemente técnico, recomendando-se à Administração que verifique o cumprimento deste requisito.

Convém lembrar que o art. 7º, § 4º da Lei nº 8.666/93, veda a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades. Em atenção ao preceito legal, a correta definição do objeto impõe a apresentação dos quantitativos estimados para a licitação, de forma justificada, mesmo que sucintamente.

Prosseguindo, vale mencionar que é no Termo de Referência que se prevê o regime de execução do contrato pleiteado. Nos autos, a Administração consignou que será adotado o **menor preço por item**.

Da pesquisa de preços e do orçamento estimado

A especificação clara e precisa do objeto, bem assim de todos os elementos que o caracterizam, possibilita a adequada pesquisa dos preços, imposta pelo nosso ordenamento jurídico.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro– Cx. Postal 121 – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

<http://www.ls.pr.gov.br>



A cotação de preços deve ser ampla e atualizada, de modo a refletir, efetivamente, a realidade do mercado. Para tanto, o TCU orienta que a Administração obtenha, no mínimo, três cotações válidas. Se não for possível, deve consignar a justificativa nos autos.

Alerta-se, porém, que o atendimento à orientação da Egrégia Corte de Contas nem sempre é suficiente para fixar um parâmetro de preços aceitável. Falhas comuns são a limitação ao universo de empresas pesquisadas e a cotação dos preços praticados no varejo, quando o volume da contratação permitiria eventual ganho de escala, com redução dos preços obtidos².

Assim, para evitar distorções, *"além de realizar pesquisa que seja adequada às características do objeto licitado e tão ampla quanto a característica do mercado recomende, é salutar que a Administração busque ampliar sua base de consulta através de outras fontes de pesquisa"*³, tais como bases de sistemas de compras e avaliação de contratos recentes ou vigentes.

Observe-se que as empresas pesquisadas devem ser do ramo pertinente à contratação desejada (Acórdão nº 1.782/2010-Plenário) e que não pode haver vínculo societário entre as empresas pesquisadas (Acórdão nº 4.561/2010-1ª Câmara).

Para fins de documentação, devem ser acostados nos autos:

- a) A identificação do servidor responsável pela cotação;
- b) A caracterização completa das empresas consultadas, com menção ao endereço e números de telefones;
- c) Indicação dos valores dos serviços;
- d) Data de expedição dos orçamentos apresentados.

Ademais, vale asseverar que a adequada pesquisa de preços é essencial para aquilatar o orçamento da contratação, sendo imprescindível para a verificar a existência de recursos suficientes para acobertá-la.

Serve, também, para afastar o risco de limitação ou ampliação indevida da participação no certame⁴, uma vez que o valor contratual estimado é determinante para definir se a licitação deve ser destinada exclusivamente às microempresas, empresas de pequeno porte.

No caso vertente, a pesquisa de preços e o orçamento apresentados às fls. **09/25**, respectivamente, amoldam-se aos critérios exigidos, quanto aos seus aspectos formais.

Das Exigências de Habilitação

² Neste sentido, esclarece o PARECER Nº 02/2012/GT359/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 30 de julho de 2012, que *"deve a Administração, quando da realização da pesquisa de preços, considerar todas as variáveis correlacionadas, tais como as quantidades pretendidas, prazos e forma de entrega, propiciando que eventuais ganhos de escala advindos de grandes aquisições públicas, por exemplo, reflitam em redução nos preços obtidos pelas cotações prévias ao certame"*.

³ In PARECER Nº 02/2012/GT359/PGF/AGU, item 13.

⁴ Art. 18, I da LC nº 123/2006; Art. 6º do Decreto nº 6.204/2007 e art. 34 da Lei nº 11.488/2007.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro– Cx. Postal 121 – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

<http://www.ls.pr.gov.br>



A Lei nº 10.520/02 determina que a habilitação far-se-á com a verificação de que "o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira".

Cumpra-se ressaltar que o Alvará de Funcionamento não se trata de documento fiscal, e sim está incluído no art. 28, inciso V, da Lei 8666/93, desta forma é um documento pertinente à habilitação jurídica e não fiscal.

Também no tocante à comprovação da aptidão técnica, cumpre destacar que a Administração pode impor exigências relativas ao licitante, solicitando a comprovação por meio de certidões.

Dos critérios de Aceitação das Propostas

Outra exigência da Lei nº 10.520/2002 é que a autoridade competente defina os critérios de aceitação das propostas feitas pelos licitantes (art. 3º, I).

Ainda no que toca ao tema, o TCU já se pronunciou no sentido de que o gestor deve verificar a aceitabilidade dos custos indiretos, bem assim estabelecer critérios de aceitabilidade e limitação dos preços unitários.

Do exame da minuta de edital, verifica-se satisfeita a recomendação tocante aos critérios de aceitação das propostas, apresentados nas fls. **32/57**.

Da Previsão de existência de recursos orçamentários

A Lei nº 8.666/93, aplicável subsidiariamente aos pregões, estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma⁵. A declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, com indicação de rubrica específica e suficiente, foi acostada à fl. **30**.

Autorização para a abertura da licitação

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

Caso conclua por deflagrar a licitação pretendida, deve emitir a autorização para a abertura da licitação, prevista no art. 21, inciso V do Decreto nº 3.555/2000 e no art. 30.

⁵ Art. 7º, § 2º da Lei nº 8.666/93.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro– Cx. Postal 121 – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

<http://www.ls.pr.gov.br>



Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio

Para a realização da licitação, a autoridade competente deve designar um pregoeiro, dentre os servidores da Autarquia, cujas atribuições incluem o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor. Anote-se que o servidor designado deve ter realizado capacitação específica para exercer a atribuição.

Nos autos, consta a designação do pregoeiro à fl. **58**.

Também deve ser designada, pela mesma autoridade, uma equipe para apoiar o pregoeiro em suas atividades, integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo. Percebe-se preenchido este requisito, à fl. **58**. Está acostada ainda a portaria designando os fiscais de contrato, fls. **59/61**.

Da Minuta do Edital e seus Anexos

Segundo o art. 21, incisos VIII e IX do Decreto nº 3.555/2000, o processo licitatório deve ser instruído com a minuta de edital e seus anexos, dentre os quais a minuta do contrato, requisito preenchido nas folhas **32/57**.

Da participação de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte

No que diz respeito à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas, no que concerne a Lei Complementar nº147/2014 que alterou a Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública tem o dever de realizar procedimentos licitatórios destinados exclusivamente à contratação de ME's e EPP's nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

CONCLUSÃO

Pelo exposto, opino pela viabilidade e pelo prosseguimento do respectivo processo licitatório.

Lembrando que o respectivo parecer não vincula a administração pública.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateu às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Não se incluem no âmbito de análise da Procuradoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente do município.

É o parecer em sete laudas.


Nivaldo Jose Belle Junior
Procurador Jurídico
OAB/PR 76.734

Laranjeiras do Sul, 12 de maio de 2022.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

009

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

Memorando Interno

De: Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Para: Gabinete do Prefeito

Data: 12 de maio de 2022.

Ref.: Solicitação de autorização para licitar.

Prezado Prefeito,

Apresentamos os memorandos, minutas e parecer jurídico, anexos e solicitamos autorização para licitar para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno, a qual será através da Modalidade **Pregão** na forma **Presencial**, sob o n.º 053/2022-PMLS.**

Atenciosamente.

DEOCLÉCIO DE NEZ
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

070

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

Memorando interno

De: Gabinete do Prefeito

Para: Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Data: 12 de maio de 2022.

Ref. Autorização para licitar

Senhor Secretário,

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo, **AUTORIZO** a licitação sob a modalidade **Pregão Presencial n.º 053/2022-PMLS**, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno**. A equipe de apoio e pregoeiro é aquela nomeada pelo **Decreto n.º 003/2022**, o qual deverá ser anexada ao presente.

Encaminhe-se ao Departamento competente para as providências necessárias.

Atenciosamente,



JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

071

Rua EXP. João Maria, nº 1020, esq. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 –
85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

<http://www.ls.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Gestão 2021/2024

DECRETO Nº 003/2022

03/01/2022

**SÚMULA: NOMEIA PREGOEIROS E EQUIPE DE
APOIO PARA AS LICITAÇÕES
DENOMINADAS PREGÃO PRESENCIAL.**

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no exercício da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso VI da Lei Orgânica do Município e com base no Inciso IV do Artigo 3º da Lei Federal Nº 10520 de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os Pregoeiros e a Equipe de Apoio para as Licitações na Modalidade de Pregão Presencial, ficando com a seguinte composição:

Pregoeiro	– EDSON CARLOS BECKER
Pregoeiro Substituto	– UBIRATAN BENHUR DE RAMOS
<u>Equipe de Apoio</u>	– JOILSON GROSSELLI GALVÃO – RENAN LANGER – MARCOS PAULO GROSSELLI GALVÃO

Art. 2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de janeiro de 2022.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicação, com assinatura, feita no **Jornal Correio do Povo do Paraná**
Edição nº 3803 – de 04/01/2022



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

072

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2022 - PMLS

EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o n.º 76.205.970/0001-95, com sede na Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410, Laranjeiras do Sul, Paraná, torna público a Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo **Menor Preço Por Item**, a realizar-se na Prefeitura Municipal, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, com a Lei Federal 10.520/02, Decreto Federal 3.555/00, com as Leis Complementares n.º 123/2006 e 147/2014, Lei Complementar Municipal nº 55/2015 e com o descrito neste edital.

O **PREGÃO** será conduzido pelo **PREGOEIRO**, auxiliado pela **EQUIPE DE APOIO**, conforme designação contida nos autos do processo.

DATA DA ABERTURA: 30 de maio de 2022.

HORÁRIO: 13:15 horas.

LOCAL: Prefeitura Municipal, Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410, Laranjeiras do Sul, Paraná.

Após o horário estabelecido neste edital, nenhum envelope será recebido.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno**, conforme as especificações descritas no Anexo I e termo de referência (Anexo II).

2. DA DOTAÇÃO

2.1. Os recursos serão oriundos da seguinte dotação orçamentária:

Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.30.00.00	000
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Material de Consumo	Recursos Ordinários (Livres)
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.30.00.00	961
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Material de Consumo	Contribuições e legados de entidades não gover. ECA/FMDCA
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.39.00.00	000
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Recursos Ordinários (Livres)
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.39.00.00	961
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa	Contribuições e legados de entidades não gover. ECA/FMDCA



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

073

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

	Família		Jurídica	
--	---------	--	----------	--

2.2. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - LEI FEDERAL N. 12.846/13

2.2.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

2.2.1.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

2.2.1.2. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

2.2.1.3. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

2.2.1.4. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

2.2.1.5. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

2.2.1.6. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

2.2.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

2.2.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar as pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

3.1.1. Nos termos do Inciso I do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal 147/2014, a presente licitação é destinada à **exclusiva participação de microempresas e empresas de pequeno porte do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado**, que preencherem as condições de credenciamento exigidas neste Edital.

3.1.2. As empresas do ramo pertinente ao objeto da licitação que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e seus Anexos, cuja sede da empresa esteja localizada no município de Laranjeiras do



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

074

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

Sul, terão preferência até o limite de 10% acima do melhor preço válido, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social, nos termos do Art. 48, III, § 3º da LC 147/2014.

3.1.3. A prioridade para as ME e EPP locais prevista no Item 3.1.2. justifica-se devido a necessidade de promoção do desenvolvimento econômico social no âmbito do município e ampliação da eficiência das políticas públicas, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 055/2015, conforme segue:

Art. 41º, § 4º. - Em relação aos benefícios referidos nos incisos III, IV e V do § 1º a administração pública poderá, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local – Município de Laranjeiras do Sul, ou regionalmente - Território Cantuquiriguaçu, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (LC 123/2006, art. 48, § 3º, acrescentado pela LC 147/2014).

O Decreto nº 8.538/2015, em seu art. 1º, §2º, inciso I, âmbito local como:

Art. 1º, § 2º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - âmbito local - limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, ressalvado se amparados por certidão emitida pela instância judicial competente, certificando sua aptidão financeira para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993;

b) Quem regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controlador coligado ou subsidiário entre si. Justifica-se a não participação de consórcios pela baixa complexidade e baixo vulto do objeto.

c) Que esteja suspensa de licitar pelo Município de Laranjeiras do Sul ou declarada inidônea pela Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

d) Estrangeiras que não funcionem no País;

e) Será vedada a participação de pessoas arroladas no artigo 9º, da Lei 8.666/93;

f) Não serão admitidas à participação de empresas punidas, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, com sanções prescritas no inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

g) Empresas que não se enquadrem como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte ou MEI. (ME/EPP/MEI), devidamente declarado conforme Declaração de Enquadramento de ME/EPP/MEI.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, apresentando a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente, contrato social e alterações ou consolidado e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de propostas (lances verbais), oferta de descontos e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

4.1.1. Os documentos mencionados no Item anterior, inclusive o documento de identificação do representante credenciado, deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão;

4.1.2. A declaração de credenciamento ser assinada pelo representante legal e com assinatura reconhecida em cartório, e/ou poderá ser feito o reconhecimento da autenticidade pelo próprio



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

075

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

servidor do município, com a apresentação de documento para a devida comprovação, sob pena de não credenciamento.

4.1.3. Caso o contrato social e sua última alteração ou contrato social consolidado seja apresentado no ato do credenciamento fica dispensada sua reapresentação anexo aos documentos de habilitação dentro do envelope n. 2.

4.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou particular; neste último caso mediante apresentação do ato constitutivo da Empresa e documentos pessoais, para identificação daquele que outorgou os poderes ao seu representante. Tanto o instrumento público como o particular deverá conter menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame.

4.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá comprovar ser o responsável legalmente, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.4. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

4.5. Iniciada a Sessão, será vedada a substituição do representante da empresa devidamente credenciado, ainda que esteja munido de instrumento procuratório com poderes específicos, salvo por caso fortuito ou força maior.

4.6. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens 4.2 e 4.3. Não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de se manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção.

4.7. Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues **separadamente** dos envelopes de números 01 e 02.

4.8. Os Fornecedores deverão apresentar FORA DOS ENVELOPES, devidamente assinadas pelo representante legal da proponente, sob as penalidades cabíveis, os seguintes documentos:

a) Declaração de que atende a todos os requisitos do edital.

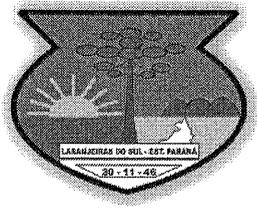
b) Carta de credenciamento, assinada pelo representante legal da proponente ou procuração dando poderes para rubricar ou assinar documentos (habilitação e proposta), manifestar intenções, dar lances, prestar todos os esclarecimentos da proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento, acompanhados da cópia autenticada do RG e CPF do Credenciado.

b.1.) Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá comprovar ser o responsável legalmente, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura, através de cópia do contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento de identificação.

c) Declaração de Enquadramento de ME/EPP/MEI (em anexo).

4.8.1. A ausência da Declaração de ME/EPP/MEI ou Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação ou sua apresentação em desconformidade com a exigência prevista não inviabilizará a participação da proponente neste Pregão. Tal declaração deverá ser impressa e assinada pelo credenciado na sessão, sanando definitivamente a falta da declaração, não cabendo interposição de recurso, diante desta situação.

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

076

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida pelo Pregoeiro, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados no preâmbulo do presente edital.

5.2. Declarada aberta à sessão pelo Pregoeiro, representante(s) da(s) Empresa(s) licitante(s) entregará (ao) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento a admissão de novos licitantes.

5.3. O envelope da Proposta de Preços deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2022 – PMLS
ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ**

5.4. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2022 – PMLS
ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ**

5.5. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 - Proposta de Preços - e, após, o Envelope 02 - Documentos de Habilitação.

5.6. Os envelopes deverão ser entregues pelo representante credenciado diretamente ao Pregoeiro ou Equipe de Apoio no horário e local determinados para abertura da licitação. A não apresentação do credenciamento, a incorreção do documento credencial **ou a ausência do representante**, não implicará na exclusão da proposta no certame, somente será impedido de participar da fase de lances e interpor recursos na sessão.

5.7. A empresa deverá protocolar os envelopes devidamente lacrados, juntamente com os documentos de credenciamento e declaração de atendimento aos requisitos de habilitação e de enquadramento em ME ou EPP.

5.7.1. A comprovação de microempresa e empresa de pequeno porte, deverá ser feita juntamente com o credenciamento, mediante Declaração de Enquadramento de ME/EPP/MEI (Anexo).

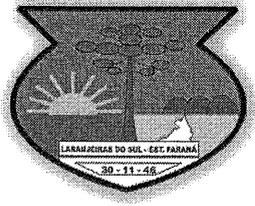
5.7.1.1. Caso esta declaração não for apresentada na sessão, a mesma será impressa e assinada pelo representante da empresa no ato.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via impressa e uma digital, no formulário padrão do sistema ES Proposta (fornecido no ato da retirada do edital) redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras, entrelinhas, devidamente datada e assinada, em todas as folhas e na última folha conter a assinatura, representante legal da licitante.

6.1.1. A apresentação das duas formas da proposta é obrigatória sob pena de desclassificação.

6.1.2. A proposta em sua forma digital poderá ser apresentada em cd ou pen drive, o qual será devolvido ao licitante após ser baixado no sistema de licitações.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

077

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

6.1.3. A proposta a ser apresentada em mídia digital, trata-se do arquivo de extensão “.esl” fornecido junto com o edital intitulado como ANEXO I, o qual deverá ser preenchido por sistema próprio, gravado, e apresentado em mídia digital preferencialmente fora dos envelopes no momento do credenciamento.

6.2. Na Proposta de Preços deverão constar:

6.2.1. Razão social da licitante, nº do CNPJ / MF, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco;

6.2.2. Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a **60 (sessenta dias) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. Se na proposta não constar prazo de validade ou estiver inferior, subentende-se **60 (sessenta) dias**.

6.2.3. Prazo de entrega/execução: **12 (doze) meses** após o recebimento da Ordem de Compras emitido pelo Departamento de Compras. Se na proposta não constar prazo de entrega/execução ou estiver inferior, subentende-se **12 (doze) meses**.

6.2.4. Uma única cotação, com preço unitário e total, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros.

6.2.5. Deverá ser indicada a marca, sob pena de desclassificação da proposta. No caso de prestação de serviços, deverá ser indicada a razão social da empresa. Caso a empresa não indique, será considerado como marca, a razão social da empresa.

6.3. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

6.4. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais;

6.5. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem irregularidades capazes de dificultar o julgamento;

6.7. O Pregoeiro considerará como formais erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.2. Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e equipe de apoio;

7.3. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **Menor Preço Por Item**;

7.4. Lido os preços, o Pregoeiro relacionará todas as propostas em ordem crescente.

7.5. O autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

078

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

7.6. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as 03 (três) melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam seus preços ofertados na proposta escrita;

7.7. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

7.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sediadas no município de Laranjeiras do Sul, terão a prioridade de contratação, desde que apresentem ao final da fase de lances, valores até o limite de 10% superiores do melhor preço válido, conforme disposto no Art. 48, § 3º da Lei Complementar 123/2006 e alterações incluídas pela Lei Complementar 147/2014.

7.10. A prioridade prevista no item "7.9.", justifica-se devido a necessidade de promoção do desenvolvimento econômico social no âmbito local e ampliação da eficiência das políticas públicas.

7.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 12 deste Edital;

7.12. Caso não se realize lances verbais, e a negociação seja frustrada, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, e dado prosseguimento ao processo;

7.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

7.14. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

7.15. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

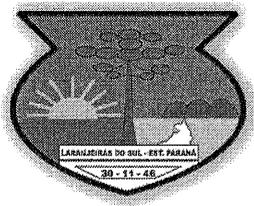
7.16. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

7.16. Nas situações previstas nos subitens 7.11, 7.12 e 7.15, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

7.17. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos licitantes presentes; a estes, sendo-lhes facultado esse direito.

7.17.1. Havendo recusa de qualquer licitante em assinar a ata, este fato será registrado pelo Pregoeiro, presumindo-se concordância de tal licitante com todos os seus termos e conteúdo, ficando precluso o direito de recurso.

8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

079

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

8.1. Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos à habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal.

8.1.1. Os documentos comprobatórios pertinentes habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal deverão se encontrar dentro do Envelope Nº 02 (Documentos de Habilitação), e a veracidade das informações constantes poderá ser comprovada mediante diligência via *online*.

8.2. As empresas deverão apresentar dentro do Envelope Nº 02 (Documentos de Habilitação), os documentos abaixo relacionados, em plena validade:

8.2.1. Relativos à Habilitação Jurídica

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b.1) os documentos em apreço deverão estar acompanhados de sua última alteração ou da consolidação respectiva;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.2.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

b) Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

b.1) faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de Falência e de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

a) **1)** O prazo de validade, deverão ter data de **expedição não superior a 60 (sessenta) dias**, da data prevista para apresentação dos envelopes.

a.2) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.2.4. Relativos à Qualificação Técnica



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

080

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

Os Fornecedores deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal, sob as penalidades cabíveis, de que:

a) Declaração Unificada: Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação; Que tomou conhecimento das normas do edital; tomou conhecimento de todas as informações; Que não se encontra declarada inidônea; Declaração de regularidade no ministério do trabalho em atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal; Inexistência de parentesco com integrantes do Poder Municipal; Que fornece aos seus funcionários e colaboradores os EPIs e EPCs.

b) Declaração de Indicação do profissional responsável pelos serviços de cada item;

b) 1) Juntamente com a declaração acima, deverá apresentar o comprovante de vínculo empregatício do Profissional Responsável, mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho/Prestação de serviços. Obs.: Caso o Profissional Responsável pelos serviços, seja dirigente ou sócio da empresa proponente, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou apresentar cópia do contrato social.

c) **ITEM 01:** o profissional deverá estar devidamente habilitado, Graduação faixa preta ou marrom de jiu – jitsu registrado pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu – CBJJ, eM plena vigência. E com experiência com crianças e adolescentes.

8.3. Os Fornecedores deverão apresentar **FORA DOS ENVELOPES**, devidamente assinadas pelo representante legal da proponente, sob as penalidades cabíveis, os seguintes documentos:

a) Declaração de que atende a todos os requisitos do edital.

a.1) Caso esta declaração não for apresentada na sessão, a mesma será impressa e assinada pelo representante da empresa no ato.

b) Carta de credenciamento, assinada representante legal da proponente ou procuração dando poderes para rubricar ou assinar documentos (habilitação e proposta), manifestar intenções, dar lances, prestar todos os esclarecimentos da proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento, acompanhados da cópia autenticada do RG e CPF do Credenciado.

c) A comprovação de microempresa e empresa de pequeno porte, deverá ser feita juntamente com o credenciamento, mediante Declaração de Enquadramento de ME/EPP/MEI (Anexo).

c.1) Caso esta declaração não for apresentada na sessão, a mesma será impressa e assinada pelo representante da empresa no ato.

8.4. As certidões, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, da data prevista para apresentação dos envelopes.

8.5. As empresas enquadradas como ME ou EPP ou MEI, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a empresa não será declarada inabilitada, e será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.5.1. Ressalta-se, que as ME e EPP deverão obrigatoriamente apresentar o documento fiscal com restrição, para que seja concedido o prazo para a regularização da documentação.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

081

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

8.6. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, apresentar a Certidão Simplificada da Junta Comercial;

8.6.1. Considera-se microempresa, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

8.6.2. Consideram-se empresas de pequeno porte, auferirem, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital.

9.2. As solicitações de esclarecimentos, de providências ou as impugnações do presente edital deverão ser protocoladas na Prefeitura Municipal na divisão de licitações, em prazo não inferior a 02 (dois) dias anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

9.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24h00 (vinte e quatro horas) e informar.

9.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

9.5. Eventuais Impugnações do Edital e os recursos previstos em lei, os quais deverão estar devidamente fundamentados, somente serão recebidos conforme o prazo especificado abaixo, mediante:

a) Protocolo na Divisão de Licitação do Município de Laranjeiras do Sul - PR, de 2ª a 6ª feira, no horário compreendido entre as 08h00 e 11h30 e das 13h00 e 17h30.

b) Recebimento via postal para o Departamento de Licitações, por qualquer forma de entrega, contando-se o prazo de recebimento, não o prazo de postagem.

9.5.1. As impugnações enviadas via fac-símile ou e-mail serão recebidos, desde que devidamente fundamentadas.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

10.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

11. DO CONTRATO

11.1. Como condição para a celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

082

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

11.1.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, poderá ser substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e § 4º, da Lei 8.666/93.

11.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, perante, à Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

11.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.4. A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a:

11.4.1. Após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal;

11.4.2. Substituir, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após notificação formal, os produtos/serviços entregues em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

11.4.3. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo, supressões acima de esse limite ser resultante de acordo entre as partes.

11.5. Se a licitante vencedora recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas na seção 12 deste Edital de Pregão.

11.6. Se a licitante vencedora injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção 12 deste Edital.

11.6.1. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, a sessão do Pregão será retomada na fase em que ocorreu a adjudicação do então vencedor.

11.7. O Órgão se obriga, nos termos previstos neste edital a:

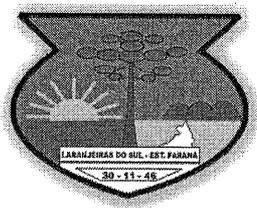
11.7.1. Receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

11.7.1.1. Os serviços serão recusados e devolvidos nas seguintes hipóteses:

a) Nota fiscal com especificação e quantidades e especificação dos requisitos em desacordo com o discriminado no ANEXO I deste Edital;

11.7.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á pela Secretaria de Assistência Social e Segurança da Família, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

083

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § do art. 86 da Lei nº8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a administração municipal poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração municipal, por prazo de até 2 (dois) anos.

12.3.3. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste da administração municipal, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder à cobrança judicial da multa.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. É facultado o Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

13.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

13.2.1. A anulação do procedimento induz às anulações da Ordem de Fornecimento e da Nota de Empenho.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

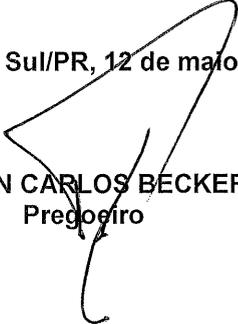
084

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

- 13.2.2.** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 13.3.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e ao Órgão não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.4.** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 13.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o próximo dia útil na mesma hora e local pré-definidos ou, não sendo possível, será remarcado e novamente publicado na Imprensa Oficial.
- 13.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 13.7.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 13.8.** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, o Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do PREGÃO.
- 13.9.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.10.** Os casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

Laranjeiras do Sul/PR, 12 de maio de 2022.


EDSON CARLOS BECKER
Pregoeiro



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

085

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

ANEXO I FORMULÁRIO PADRÃO ES – PROPOSTAS

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39121	PROFISSIONAL PROFESSOR DE JIU-JITSU capacitado para prestação de serviços de aulas de JIU-JITSU, destinadas a crianças e adolescentes encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, 03 dias por semana, 02 horas diárias, 06 horas semanais, 24 horas mensais, 288 horas anuais, por um período de doze meses não contínuos (serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas).	288,00	HS	100,00	28.800,00
2	39122	KIMONO M4 cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca	20,00	UN	141,00	2.820,00
3	39123	KIMONO A0 cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca	20,00	UN	195,00	3.900,00
4	39124	KIMONO A1 cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca	20,00	UN	195,00	3.900,00
5	39125	KIMONO A2 cor branca, paletó trançado 100% algodão, calça em rip stop 100% algodão com reforço em trançado no meio das pernas, espaço para logomarcas e timbre, material pré-encolhido, com faixa branca.	10,00	UN	195,00	1.950,00
6	39126	TATAME 1,00M X 1,00M X 30MM	100,00	UN	99,90	9.990,00
TOTAL						51.360,00



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

086

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno**

2 - JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

O Projeto Social Jiu-Jitsu para todos surge da necessidade de implantar no município um espaço capaz de promover o desenvolvimento de ações que visem à promoção e prevenção de diversas problemáticas emergidas de cunho sócio familiar que, afligem esta faixa etária, promovendo a autoestima e a autoconfiança nos jovens que praticam esta arte marcial.

Quanto ao público alvo, o projeto atenderá crianças e adolescentes do município de Laranjeiras do Sul, que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do CRAS e do Centro da Juventude, e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do CREAS; serão aceitas as inscrições de crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e Centro da Juventude, e as entidades cadastradas no CMDCA, o qual destes encaminhamentos serão observados os critérios abaixo.

Cada oficina poderá abrir espaço para até 20 participantes no período da manhã e 20 participantes no período da tarde, no qual o CRAS, CREAS, Centro da Juventude e Entidades sociais cadastradas no CMDCA poderão fazer os encaminhamentos para participar do projeto.

Quanto à faixa etária, as oficinas atenderão crianças e adolescentes com idade entre 06 (seis) a 11 (onze) anos no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e de 12 (doze) anos à 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses no Centro da Juventude. Poderão participar os adolescentes de até 21 (vinte e um) anos de idade desde que estejam em cumprimento de medida socioeducativa LA (Liberdade Assistida) ou PSC (Prestação de Serviço à Comunidade). Caso haja vagas remanescentes poderão ser ofertadas à demais adolescentes em risco ou que estejam em outras MSE.

Quanto aos critérios para admissão, estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais, ou o responsável legal ou a própria criança e adolescente, cuja família deve possuir renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Em casos de sobras de vagas, poderá ser aberto inscrições para os demais interessados que, não se encaixam no critério de renda.

O objetivo geral tem a finalidade de constituir um espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e de autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As atividades serão pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas.

O principal objetivo é o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, contribuindo para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades abordam questões relevantes sobre a juventude, visando a construção de novos conhecimentos e a reflexão sobre valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também estimulam habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa de modo a orientar o jovem para a escolha profissional.

Quanto a metodologia, as aulas de jiu-jitsu serão realizadas com carga horária de 6h semanais divididos em duas turmas, sendo uma no período da manhã e outra no período da tarde. As aulas devem seguir um planejamento adequado com o rendimento da turma de acordo com a evolução da turma e compatível com a idade e graduação. Os aspectos sociais e morais serão abordados na aula visando atingir todos os objetivos do projeto.

As avaliações dos alunos serão contínuas de acordo com o rendimento, comportamento e frequência nos treinos.

O sistema de graduação deve ser usado o sistema da entidade máxima do esporte – IBJJF – como referência de faixas e prazos para podendo ser adaptada de acordo com a demanda e a critério do professor. Em geral, os exames e graduações ocorrem no meio e no fim do ano, as faixas devem ser solicitadas com antecedência com tempo hábil para aquisição das mesmas, respeitando o tramite legal. A participação em eventos e campeonatos também deve ser feito esse devido planejamento.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

037

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

O monitoramento dos resultados se dará pela lista de presença, além de pesquisa de satisfação entre os participantes do projeto e, relatórios periódicos dos professores junto à equipe técnica.

A oficina contará com profissional responsável com formação específica e registro de faixa preta ou marrom nas entidades máxima que regulam a modalidade – CBJJ e IBJJF – o qual desenvolverá aulas de Jiu – Jitsu com o devido planejamento e metodologia para o público alvo. Os pré-requisitos também devem incluir experiência no trabalho com crianças. Os materiais que serão adquiridos para o desenvolvimento do projeto farão parte da organização do CRAS do CREAS, do Centro da Juventude.

Acompanharão o projeto os técnicos do CRAS, CREAS, Centro da Juventude e entidades sociais cadastradas.

2.1. DO VALOR

2.2. A descrição do objeto contendo as características, quantidade e valor máximo, constam no Anexo I e neste Termo de Referência, e totaliza **R\$ 51.360,00**.

Nota: Os preços de referência representam os preços praticados por fornecedores, de acordo com pesquisa realizada no mercado.

2.3. Serão consideradas apenas duas casas após a vírgula, as demais serão desconsideradas.

2.4. No valor estão inclusas todas as despesas inerentes aos serviços objeto desse processo licitatório, como mão de obra, insumos, taxas etc.

3 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 O prazo de vigência do contrato será de doze meses a partir da assinatura do contrato. Considerando-se que devido ao período de férias e outras intercorrências, 12 meses podem não ser suficientes para execução das 288 horas de trabalho previstas, podendo o contrato ser prorrogado de comum acordo entre as partes. O projeto será executado nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.2. O prazo para a entrega dos itens 02, 03, 04, 05 e 06 é de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da Ordem de Compras emitido pelo Departamento de Compras. O local de entrega será indicando na Ordem de Compras.

3.3. DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

3.4. Prestação de serviços de aulas de JIU-JITSU por professor habilitado, destinadas a crianças e adolescentes encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, **03 dias por semana, 02 horas diárias, 06 horas semanais, 24 horas mensais, 288 horas anuais, por um período de doze meses não contínuos (serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas).**

3.5. O profissional indicado deverá ser devidamente habilitado e prestar serviços de oficinas, nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, atendendo crianças e adolescentes do PROJETO JIU-JITSU PARA TODOS.

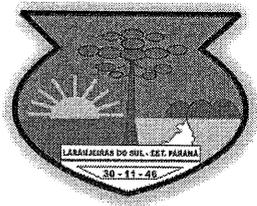
3.6. Fornecimento de 100 peças de tatame, 1,00M X 1,00M X 30MM.

3.7. Fornecimento de 70 kimonos para jiu-jitsu de tamanhos variados.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A contratada deverá comprometer-se a iniciar os serviços na data acordada.

4.2. No valor estão inclusas todas as despesas inerentes à realização do objeto, inclusive material de consumo, transporte, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

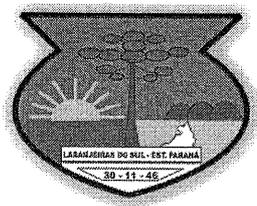
Estado do Paraná

008

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

- 4.3. Responsabilizar-se pelos danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços.
- 4.4. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências da prestação dos serviços, ou em qualquer outro local onde estejam prestando os serviços, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.
- 4.5. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução dos serviços, mesmo que para isso outra solução não prevista tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o Município.
- 4.5. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que os serviços se realizem com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira responsabilidade.
- 4.6. Ser responsável pela execução do serviço licitado até o seu resultado final.
- 4.7. Responder, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade dos serviços executados, que destinam ou lhes diminuem o valor, sem prejuízo das demais disposições do CDC;
- 4.8. Dar ciência imediata e por escrito ao Município sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução dos serviços;
- 4.9. Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos prejuízos ou danos que eventualmente venha a ocasionar ao Município e/ou a terceiros, em função da execução do objeto;
- 4.10. Responsabilizar-se pela execução do serviço licitado até o seu resultado final;
- 4.11. Manter entendimento com o Município, objetivando evitar interrupções ou paralisações na execução dos serviços.
- 4.12. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 4.13. Cumprir a legislação trabalhista com relação a seus funcionários, e quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados.
- 4.14. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 4.15. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.
- 4.16. Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a contratada adotará as providências necessárias no sentido de preservar o Município e de mantê-lo a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará o Município das importâncias que este tenha sido obrigado a pagar, dentro do prazo improrrogável de dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.
- 4.17. Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção da propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços.
- 4.18. Reembolsar o Município, caso os profissionais causem danos materiais ao seu patrimônio.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

009

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

5 - GESTOR DO CONTRATO

A gestão e fiscalização deste contrato será realizada pela Secretaria de Assistência Social através do Sr(a) xxxxxxxxxxxx matrícula nº xxxxxxxxxxxx, Cargo xxxxxxxxxxxxxxxxxx o qual ficará responsável pelo controle e fiscalização do objeto contratado.

5.1. DO PAGAMENTO

5.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela unidade competente. No caso do término do pagamento ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3. A nota fiscal deverá ser emitida e entregue no Departamento de Compras, com o devido aceite dos serviços, atestado no verso do documento fiscal, durante o horário do expediente.

5.4. Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será susado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da fatura.

5.5. O pagamento será efetuado mediante a emissão da nota fiscal acompanhada da Certidão Negativa do INSS, do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS e da CNDT.

5.6. Caso as certidões estejam com sua validade vencida, o contrato poderá ser rescindido conforme Art. 78, da Lei 8.666/1993.

5.7. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

6 - CRONOGRAMA FÍSICO

O contrato terá vigência de 12 meses, tendo a empresa o prazo de 30 dias a partir da assinatura do contrato para iniciar o projeto, de acordo com as especificações e local e horários pré-definidos.

GRADE HORARIA			
I. SEGUNDA – FEIRA			
Horários	PERÍODO MANHÃ	Horários	PERÍODO TARDE
09:00 – 10:00	JIU - JITSU	13:00 – 14:00	JIU – JITSU
II. QUARTA – FEIRA			
Horários	PERÍODO MANHÃ	Horários	PERÍODO TARDE
09:00 – 10:00	JIU – JITSU	13:00 – 14:00	JIU - JITSU
I. SEXTA – FEIRA			
Horários	PERÍODO MANHÃ	Horários	PERÍODO TARDE
09:00 – 10:00	JIU – JITSU	13:00 – 14:00	JIU – JITSU

6.2 – METODOLOGIA

Após a identificação do perfil e interesse da criança/adolescente, o mesmo irá participar das atividades, as quais acontecerão nos períodos da manhã e tarde, nos locais determinados.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

090

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Solicita-se que o fornecedor comprove que o profissional contratado seja devidamente habilitado, Graduação faixa preta ou marrom de jiu – jitsu registrado pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu – CBJJ com experiência com crianças e adolescentes.

8 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

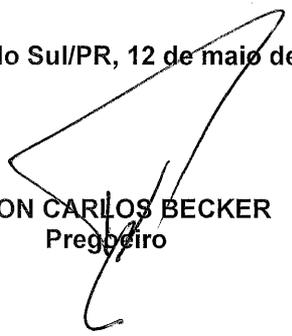
O recebimento dos serviços serão feitos mediante atesto nas Notas Fiscais do serviço/produtos efetivamente prestado/entregue.

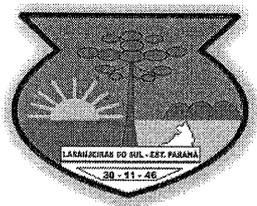
9 – CONDIÇÕES GERAIS:

9.1 - O Objeto deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no edital de licitação, podendo implicar na recusa do mesmo pela inobservância de qualquer das exigências estabelecidas;

9.2 – O Município poderá revogar o processo licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Laranjeiras do Sul/PR, 12 de maio de 2022.


EDSON CARLOS BECKER
Pregoeiro



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

001

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

ANEXO III

Município de Laranjeiras do Sul – Paraná

Licitação Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2022-PMLS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno

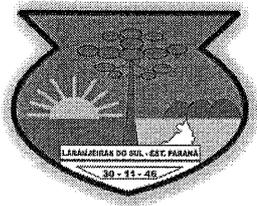
Modelo de Declaração

Dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação

Em atendimento ao previsto no edital de PREGÃO nº 053/2022-PMLS, DECLARAMOS que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo do CNPJ



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

002

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

ANEXO IV

(Declaração deverá ser entregue em papel A4, preferencialmente timbrado, ou com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal).

Modelo de Declaração Unificada

Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação; Que tomou conhecimento das normas do edital; tomou conhecimento de todas as informações; Que não se encontra declarada inidônea; Declaração de regularidade no ministério do trabalho em atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal; Inexistência de parentesco com integrantes do Poder Municipal; Que fornece aos seus funcionários e colaboradores os EPIs

Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul - PMLS

Referência: Pregão Presencial nº 053/2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno

A empresa abaixo assinada declara, sob as penas da lei, que:

- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar, em havendo, ocorrências posteriores que o inabilite para participar de certames licitatórios.
- Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados e que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores) bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consangüíneo, até o terceiro grau ou por adoção, conforme disposto no art. 90º. da Lei Orgânica do Município de Laranjeiras do Sul, bem como o Art. 9º da lei Federal 8.666/1993, e Súmula vinculante nº. 13 STF.
- Os sócios da empresa não são servidores efetivos, temporários ou comissionados do município de Laranjeiras do Sul;
- Que fornece aos seus funcionários e colaboradores os EPIs (Equipamento de Proteção Individual), e EPCs equipamentos de proteção coletiva, conforme ambiente de trabalho.
- Que atende a toda legislação pertinente ao objeto licitatório.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo do CNPJ

NOTA(*): DOCUMENTO OBRIGATÓRIO – APRESENTAR DENTRO DO ENVELOPE 2 – HABILITAÇÃO



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

003

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

ANEXO V

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

(em papel A4, preferencialmente timbrado, ou com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal com firma reconhecida).

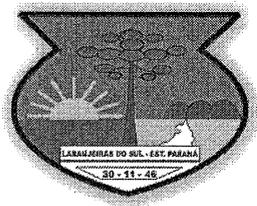
Obs: Na hipótese de apresentação desta procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada de cópia autenticada do ato constitutivo da empresa ou certidão simplificada da junta comercial, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.

PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PARTICULAR PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.ºe Inscrição Estadual sob n.º, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), **no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº. 053/2022**, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do **PREGÃO**, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **PREGOEIRO**, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia

(Nome e assinatura do representante legal com firma reconhecida e/ou poderá ser feito o reconhecimento da autenticidade pelo próprio servidor do município, com a apresentação de documento para a devida comprovação)



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

004

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

ANEXO VI MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE Nº. XX DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL E A EMPRESA XX.

O **MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410, Laranjeiras do Sul, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JONATAS FELISBERTO DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **xx** inscrita no CNPJ n.º xx, situada a Rua xx, n.º xx, xx, xx, CEP. xx, neste ato representada pelo Sr. **xx**, brasileiro, xx, xx, inscrito no CPF/MF n.º xx, e portador da cédula de identidade n.º xx SSP/xx, residente e domiciliado em xx – xx, doravante denominado **CONTRATADA**, têm justo e contratada o **forneimento**, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Do Objeto do Contrato e seus Elementos Característicos (Art. 55, I, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL, PROFESSOR DE JIU-JITSU, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “JIU-JITSU PARA TODOS”, OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno.**

Parágrafo Primeiro: A contratada obriga-se a **EXECUTAR:** xxxxx

Do Regime de Execução ou da Forma de Forneimento (Art. 55, II, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA: A Contratada executará o presente contrato de forma direta, contratando os profissionais que julgar necessário para o bom e fiel desempenho do objeto do presente contrato, assumindo integral responsabilidade, ficando vedada a subcontratação, a não ser com a anuência expressa da Contratante.

Parágrafo Primeiro: A entrega será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato.

Parágrafo Segundo: A contratada fica obrigada a trocar por suas expensas os serviços caso esses vierem a ser recusados, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

Do Preço e das Condições de Pagamento e do Reajuste (Art. 55, III, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO CONTRATO: O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ xx (xx).

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela unidade competente. No caso do término do pagamento ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente. O pagamento será efetuado juntamente com a Nota Fiscal, devidamente acompanhada da Certidão Negativa do INSS, do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS e da CNDT. Caso as certidões estejam, com sua validade vencida, o contrato poderá ser rescindido conforme Art. 78, da Lei 8.666/1993.

Parágrafo Segundo: A entrega definitiva será realizada pelo fiscal do contrato.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

005

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

Parágrafo Terceiro: O presente contrato não será passível de reajuste.

Parágrafo Quarto: No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

Do Prazo de Vigência e Reajuste (Art. 55, IV, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA: O contrato terá vigência de 12 meses, a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes, conforme legislação.

Parágrafo Único: O CONTRATO será passível de reajuste, pelo índice INPC após o período de 12 (doze) meses.

Dos Créditos Orçamentários (Art. 55, V, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA: As despesas decorrentes deste contrato terão como suporte a seguinte dotação orçamentária:

Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.30.00.00	000
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Material de Consumo	Recursos Ordinários (Livres)
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.30.00.00	961
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Material de Consumo	Contribuições e legados de entidades não gover. ECA/FMDCA
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.39.00.00	000
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Recursos Ordinários (Livres)
Rubrica	13	003	08.243.1100.6180	3.3.90.39.00.00	961
Descrição	Secretaria Municipal de Ass. Social e Seg. da Família	Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Atividades do Fundo municipal de direitos criança e adolescente	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Contribuições e legados de entidades não gover. ECA/FMDCA

Dos Direitos e das Responsabilidades das Partes, das Penalidades Cabíveis e dos Valores das Multas (Art. 55, VII, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA: São obrigações da Contratada:

I - Cumprir fielmente as obrigações assumidas e entregar os serviços de acordo com as características mínimas, sob sua inteira responsabilidade.

II - Cumprir o prazo de início de execução na proposta de preço.

III - Aguardar os trâmites legais, para recebimento dos valores.

IV - Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo contratante.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

096

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

V - O local de entrega será indicado na Ordem de Compras emitido pelo Departamento de Compras do Município.

VI – Demais obrigações consta no Anexo I e II, deste edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: São obrigações da CONTRATANTE:

I - Fiscalizar a entrega dos equipamentos.

II - Remunerar a CONTRATADA de acordo com o valor e forma de pagamento ora ajustado.

CLÁUSULA OITAVA: A inadimplência das obrigações contratuais assumidas ensejará a rescisão antecipada do contrato, bem como sujeitará o infrator ao pagamento da multa contratual de 10% (dez por cento) do valor global contratado.

Dos Casos de Rescisão e do Reconhecimento dos Direitos da Administração (Art. 55, VIII e IX, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA: A rescisão do presente contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, na forma do art. 79, II da Lei nº. 8.666/93, ou judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Único: O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem às hipóteses do art. 77 e 78 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Da Licitação (Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente contrato está vinculado a licitação modalidade **Pregão Presencial n.º XXX/2022 - PMLS**, bem como na proposta de preços emitida pela CONTRATADA.

Da Legislação Aplicável (Art. 55, XII, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 8.666/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

Do Fiscal do Contrato (Art. 58, III, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada, bem como terá toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, pelo (a) servidor (a) público (a) XX, Matrícula nº XXX, nomeado (a) pela portaria nº XX/201X, de XX/XX/201X.

Do Foro (Art. 55, § 2º, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, para os fins de direito, submissos às regras estatuídas pela Lei 8.666/93 e aos termos do ato que autorizou a contratação.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

LARANJEIRAS DO SUL/PR, xx de xx de 2022.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

Testemunhas:

XXXXXX
CPF nº XXXXXX

XXXXXX
CPF nº XXXXXX

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL

CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95

RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020 – CENTRO – 85.301-410

ATO DE AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2022 – PMLS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços profissional, professor de jiu-jitsu, e aquisição de materiais esportivos (quimonos e tatames), para a execução do projeto “jiu-jitsu para todos”, oferecido pela secretaria municipal de assistência social à crianças e adolescentes do município, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

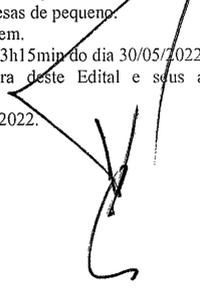
Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item.

Abertura dos Envelopes: inicia-se às 13h15min do dia 30/05/2022.

Informações Sobre Edital: A íntegra deste Edital e seus anexos estarão disponíveis no site do município.

Laranjeiras do Sul-PR, 12 de maio de 2022.

Edson Carlos Becker
Pregoeiro



PUBLICAÇÃO OFICIAL

*Não pode ser vendido separadamente. Suplemento integrante da edição 3894 do Jornal Correio do Povo do Paraná

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Rua Exp. João Maria 1020 - Centro - CEP: 85301-410

DECRETO Nº 012022 01/05/2022

SÍNTESE: CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento na Lei nº 12.240, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), art. 1º, inciso XII,

DECRETA: Art. 1º - Fica convocada a Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul a ser realizada no dia 25 de maio de 2022, sob a presidência da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 2º - A Conferência Municipal de Cultura terá por objetivos: I - discutir a cultura laranjeirense em suas dimensões cívica, artística e de desenvolvimento;

Art. 3º - Fica a Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul convocada para o dia 25 de maio de 2022, às 08h00min, no auditório da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 4º - A Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul será realizada no dia 25 de maio de 2022, às 08h00min, no auditório da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Rua Exp. João Maria 1020 - Centro - CEP: 85301-410

DECRETO Nº 0182022 11/05/2022

SÍNTESE: APROVA O REGULAMENTO DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE LARANJEIRAS DO SUL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento na Lei nº 12.240, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), art. 1º, inciso XII, e Decreto 037/2022 que convoca a II Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul,

DECRETA: Art. 1º - Aprova o Regulamento da II Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul, aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - A II Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul será realizada no dia 25 de maio de 2022.

Art. 3º - Fica a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo responsável pelas providências operacionais para a realização da II Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul.

Art. 4º - Os casos omissos e conflitantes do Regulamento da II Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul serão decididos pela secretária municipal de Educação, Cultura e Turismo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

REGULAMENTO DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE LARANJEIRAS DO SUL

CAPÍTULO I Das Objetivos Art. 1º - A II Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul, convocada pelo Decreto nº 037/2022, de 09 de maio de 2022, tem por objetivo:

I - discutir a cultura de Laranjeiras do Sul em suas dimensões cívica, artística e econômica;

II - promover a articulação para o fortalecimento da cultura como eixo dinamizador do desenvolvimento sustentável;

III - promover o diálogo entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudantes, pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opções;

IV - propor estratégias para desenvolver o acesso dos habitantes de Laranjeiras do Sul à produção e à fruição das artes e atividades culturais;

V - propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social no âmbito das políticas públicas de cultura;

VI - aprimorar o projeto institucional de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e demais com o sociedade civil;

Art. 6º - Para o planejamento e o desenvolvimento de suas atividades, a II Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul contará com a Comissão Organizadora Municipal que será composta por 05 membros, sendo representantes do poder público municipal e entidades não governamentais, a saber:

- 1 - Representante do Poder Executivo Municipal;
2 - Representante do Poder Legislativo Municipal;
3 - Representante do Poder Judiciário Municipal;
4 - Representante do Poder Executivo Municipal;
5 - Representante do Poder Judiciário Municipal;

Parágrafo único. A Comissão Organizadora Municipal será convocada pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

Art. 7º - Compete à Comissão Organizadora Municipal, em conformidade com o presente Regulamento:

- I - propor critérios de participação da sociedade civil;
II - definir o local, a pauta e a programação da conferência;
III - estabelecer as regras adicionais, realizar as atividades necessárias e programar as atividades de organização da conferência municipal;

Art. 8º - As despesas para realização da II Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul correrão por conta de dotações próprias, destinadas ao orçamento anual do município para o corrente exercício, ou serão custeadas por meio de colaborações de pessoas, instituições e órgãos parceiros.

CAPÍTULO IV Dos Participantes Art. 9º - A II Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul será integrada por artistas, agentes e produtores, grupos e entidades culturais, povos de origem, profissionais e estudantes, representantes de movimentos relacionados à produção da cultura, da paz, da juventude, do meio ambiente, do turismo, do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento indígena e quilombolas e por pessoas interessadas em contribuir com o processo de planejamento e implementação de políticas culturais.

TERMINAÇÃO GERAL Art. 10 - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo responsabilizar-se-á pelo acompanhamento e pela implementação do processo de implementação das ações e atividades aprovadas na II Conferência Municipal de Cultura de Laranjeiras do Sul.

Art. 11 - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Rua Exp. João Maria 1020 - Centro - CEP: 85301-410

PORTARIA Nº 112022 11/05/2022

SÍNTESE: DESIGNA SERVIDORES COMO GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS PARA RECAPE ASFALTICO EM CBUQ EM RUAS DO MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 67 da Lei Federal nº 8.667/1993 (Lei de Licitação e Contratos),

RESOLVE: Art. 1º - Designar o servidor a seguir para exercer a função de Gestor dos Contratos firmados pelo Município para RECAPE ASFALTICO DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ) - SAM 84, a partir da Licitação na modalidade Condição 001/2022.

- MARCOS RENALDO COELHO, Matrícula 4091-1
- RODRIGO SOARES FERREIRA, Matrícula 4093-1
- CAROLINA GRACIOLA GUIMARÃES, Matrícula 4094-1

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Rua Exp. João Maria 1020 - Centro - CEP: 85301-410

PORTARIA Nº 1182022 11/05/2022

SÍNTESE: DESIGNA SERVIDORES COMO GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS PARA RECAPE ASFALTICO EM CBUQ EM RUAS DO MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 67 da Lei Federal nº 8.667/1993 (Lei de Licitação e Contratos),

RESOLVE: Art. 1º - Designar o servidor a seguir para exercer a função de Gestor dos Contratos firmados pelo Município para RECAPE ASFALTICO DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ) - SAM 83, a partir da Licitação na modalidade Condição 002/2022.

- MARCOS RENALDO COELHO, Matrícula 4091-1
- RODRIGO SOARES FERREIRA, Matrícula 4093-1
- CAROLINA GRACIOLA GUIMARÃES, Matrícula 4094-1

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL CNPJ Nº 76.205.970/0001-95 RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020 - CENTRO - 85.301-410

ATO DE AVISO DE LICITAÇÃO Nº 052/2022 - PMLS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, varrição, corte de grama, microcrespa e express de peçoço.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL CNPJ Nº 76.205.970/0001-95 RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020 - CENTRO - 85.301-410

ATO DE AVISO DE LICITAÇÃO Nº 053/2022 - PMLS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços profissionais, professor de judô, aquisição de materiais esportivos (planilhas e lances), para a execução do projeto "Judô para todos", ofertado pelo secretário municipal de Esportes, recreação e lazer.

Edson Carlos Becker Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL CNPJ Nº 76.205.970/0001-95 RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020 - CENTRO - 85.301-410

ATO DE AVISO DE LICITAÇÃO Nº 054/2022 - PMLS

Objeto: Aquisição de parque infantil e grama sintética, com item de livre concorrência e item custeado para manutenção.

Edson Carlos Becker Pregoeiro

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1192022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 67 da Lei Federal nº 8.667/1993 (Lei de Licitação e Contratos),

RESOLVE: Art. 1º - Designar o servidor a seguir para exercer a função de Gestor dos Contratos firmados pelo Município para RECAPE ASFALTICO DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ) - SAM 84, a partir da Licitação na modalidade Condição 001/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1202022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 67 da Lei Federal nº 8.667/1993 (Lei de Licitação e Contratos),

RESOLVE: Art. 1º - Designar o servidor a seguir para exercer a função de Gestor dos Contratos firmados pelo Município para RECAPE ASFALTICO DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ) - SAM 83, a partir da Licitação na modalidade Condição 002/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1212022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 67 da Lei Federal nº 8.667/1993 (Lei de Licitação e Contratos),

RESOLVE: Art. 1º - Designar o servidor a seguir para exercer a função de Gestor dos Contratos firmados pelo Município para RECAPE ASFALTICO DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ) - SAM 83, a partir da Licitação na modalidade Condição 002/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

CONCEBER LICENÇA EM RAZÃO DE PESSOA DOENTE DA FAMÍLIA (Cópia) ao Servidor abaixo relacionado, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Table with columns: NOME, LOTAÇÃO, CARGO, MATR., PERÍODO

Edson Carlos Becker Pregoeiro

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Rua Exp. João Maria 1020 - Centro - CEP: 85301-410

PORTARIA Nº 122/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 67 da Lei Federal nº 8.667/1993 (Lei de Licitação e Contratos),

RESOLVE: Art. 1º - Designar o servidor a seguir para exercer a função de Gestor dos Contratos firmados pelo Município para RECAPE ASFALTICO DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ) - SAM 84, a partir da Licitação na modalidade Condição 001/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO

RESOLVE: Art. 1º - Designar o servidor a seguir para exercer a função de Gestor dos Contratos firmados pelo Município para RECAPE ASFALTICO DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ) - SAM 84, a partir da Licitação na modalidade Condição 001/2022.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Rua Exp. João Maria 1020 - Centro - CEP: 85301-410

DECRETO Nº 0202022 09/04/2022

SÍNTESE: APROVA O REGULAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS PARA O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 67 da Lei Federal nº 8.667/1993 (Lei de Licitação e Contratos),

DECRETA: Art. 1º - Aprova o Regulamento do Concurso Público de Admissão de Servidores Públicos para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, aprovado pelo Conselho Municipal de Administração em 09/04/2022.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO

RESOLVE: Art. 1º - Designar o servidor a seguir para exercer a função de Gestor dos Contratos firmados pelo Município para RECAPE ASFALTICO DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ) - SAM 84, a partir da Licitação na modalidade Condição 001/2022.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO

RESOLVE: Art. 1º - Designar o servidor a seguir para exercer a função de Gestor dos Contratos firmados pelo Município para RECAPE ASFALTICO DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ) - SAM 84, a partir da Licitação na modalidade Condição 001/2022.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

Valor Contratado: R\$ 5.682,04 (Cinco mil e quatro centavos.)

Amparo Legal: Lei 8.666/93.
Descrição da Despesa: (169) – MANTEI
MERENDA ESCOLAR - Fonte 1042
Vigência: 12/05/2022 a 31/12/2022
Data da Assinatura: 12/05/2022
Foro Eleito: Comarca de Ubiratã/Pr.
Juranda, 13 de maio de 2022.

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
310434022

Documento emitido em 16/05/2022 15:00:01.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 11170 | 16/05/2022 | PÁG. 40

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o
Código Localizador no site do DIOE:
www.imprensaoficial.pr.gov.br

CIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL
Nº. 76.205.970/0001-95
JOÃO MARIA, 1020 – CENTRO – 85.301-410
AVISO DE LICITAÇÃO
PRESENCIAL Nº. 054/2022 – PMLS

Objeto: aquisição de material infantil e grama sintética, com item de livre
opção de preço por item.
Abertura das Propostas: às 08h15min do dia 31/05/2022.
Todos os documentos e anexos estarão disponíveis
no site do município.

Laranjeiras do Sul-PR, 12 de maio de 2022.

Edson Carlos Becker
Pregoeiro

47580/2022

Lapa

MUNICÍPIO DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 29/2022

O Município da Lapa, Estado do Paraná, torna Pública a Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto é contratação de empresa especializada pelo período de 12 (doze) meses, para fornecimento da licença de uso do aplicativo GOV FÁCIL que faz o acompanhamento de certidões e obrigações estaduais e federais, receitas, demonstrativos dos índices constitucionais, educação, FUNDEB, saúde e folha de pagamento, acompanhamento dos programas e convênios federais, análise da prévia fiscal, dados de empresas, empregos, frota, acompanhamento das publicações referente aos processos jurídicos dos principais tribunais, indicadores gerenciais, e alguns comparativos onde é possível trazer diversas informações fundamentais com o objetivo de facilitar o controle da gestão pública e tornar mais eficiente a gestão do município. Empresa a ser contratada: GOV FÁCIL GESTÃO & TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 41.886.613/0001-55, no valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).
Tal Processo encontra amparo legal no artigo 25 I da Lei nº 8.666/93, originando o Processo Nº.29/2022.

Lapa/PR, 13 de maio de 2022.

Marici Wolf Coelho
Secretária Municipal de Administração

47492/2022

Laranjeiras do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL
CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020 – CENTRO – 85.301-410
ATO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PRESENCIAL Nº. 052/2022 – PMLS

Objeto: Contratação de empresa em serviços de capina, varrição, corte de grama, nas unidades de saúde do município de laranjeiras do sul, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno.
Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item.
Abertura dos Envelopes: inicia-se às 08h15min do dia 30/05/2022.
Informações Sobre Edital: A íntegra deste Edital e seus anexos estarão disponíveis no site do município.

Laranjeiras do Sul-PR, 12 de maio de 2022.

Edson Carlos Becker
Pregoeiro

47578/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL
CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020 – CENTRO – 85.301-410
ATO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PRESENCIAL Nº. 053/2022 – PMLS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços profissional, professor de jiu-jitsu, e aquisição de materiais esportivos (quimonos e tatames), para a execução do projeto "jiu-jitsu para todos", ofertado pela secretaria municipal de assistência social à crianças e adolescentes do município, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno.
Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item.
Abertura dos Envelopes: inicia-se às 13h15min do dia 30/05/2022.
Informações Sobre Edital: A íntegra deste Edital e seus anexos estarão disponíveis no site do município.

Laranjeiras do Sul-PR, 12 de maio de 2022.

Edson Carlos Becker
Pregoeiro

47579/2022

Londrina

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que está disponibilizada a licitação a seguir: TOMADA DE PREÇOS Nº TP/SMGP-0007/2022, objeto: Conclusão da Obra de Construção da UBS Fraternidade, de acordo com projetos, planilhas e especificações técnicas fornecidas. O edital poderá ser obtido através do site www.londrina.pr.gov.br. Quaisquer informações necessárias pelo telefone (43) 3372-4284 ou ainda pelo e-mail: licita@londrina.pr.gov.br. Londrina, 13 de março de 2022. Fábio Cavazotti e Silva – SECRETARIO MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA

4574/2022

Mallet

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 021/2022 com as seguintes características:

OBJETO: Registro de preços visando à futura e eventual aquisição de tubos e meio fios de concreto para utilização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço unitário.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 16 de maio de 2022 até às 09h00min do dia 30 de maio de 2022.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 30 de maio de 2022.

PREGÃO: às 10h00min do dia 30 de maio de 2022.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Estará disponível no site www.bilcompras.org.br a partir de 16/05/2022.

INFORMAÇÕES: (42) 3542-1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 13/05/2022.

PAULO SERGIO KURZYDLOWSKI
PREGOIEIRO OFICIAL

47707/2022

Marialva

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2022. Objeto: Aquisição de Veículo Caminhão Combate Incêndio do Departamento Municipal da Defesa Civil, pelo Menor Preço Por Item. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.bil.org.br e www.marialva.pr.gov.br. Recebimento das Propostas até o dia 01 de junho de 2022 até às 08h30min. Abertura das Propostas dia 01 de junho de 2022 às 09h00min. Informações: (44) 3232-8372 (voz) ou compras@marialva.pr.gov.br

Marialva-Pr, 11 de maio de 2022.
VICTOR CELSO MARTINI
Prefeito Municipal

46795/2022

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 102/2022 - Concorrência Pública nº 003/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
CONTRATADA: SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ nº 67.156.943/0002-60.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de obras de reperfilamento e recape asfáltico em CBUQ (Concreto betuminoso usinado a quente) na Rua Bandeirantes, Rua Ferdinando A. Morra, Rua Jerônimo Beffa, Rua Julieta Iwarkiw, Rua Luiz Rodrigues da Silva, Rua Min. Gabriel Passos, Rua Renato Vain, Rua Santos Dumont, Rua Shiro Takashima, com área total de 63.420,27 m², no Município de Guaíra, Estado do Paraná, conforme Convênio nº 016/2022 SEIL.

Valor Total: R\$ 5.334.664,41 (cinco milhões, trezentos e trinta e quatro mil seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

Prazo de Execução: em até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados do 11º (décimo primeiro) dia corrido da data da ciência pela parte contratada, na Ordem de Serviços emitida pela Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente.

FORO: Comarca de Guaíra, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2022

O MUNICÍPIO DE GUAPOREMA, torna público que fará realizar no dia 30 de maio de 2022, às 09:00 horas em sua sede, situada a Rua Pará, 86, na modalidade pregão eletrônico do tipo Menor Preço, Por ITEM. Objeto: Aquisição de materiais hospitalares em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao pregoeiro de Guaporema, Paraná Brasil- Telefone: (44) 3684 1206 claudio.batista261@hotmail.com. A pasta Técnica com o inteiro teor do edital e seus respectivos anexos, poderá ser examinado no seguinte endereço: site da Transparência da Prefeitura Municipal de Guaporema (<http://www.guaporema.pr.gov.br>), bem como no portal da BLL(<http://bll.org.br/>). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3684 1206 ou ainda na Prefeitura, com sede na Rua Pará 86, Guaporema/Pr, das 8:00 às 17:00 horas.

Guaporema - PR, 16 de maio de 2022.

CLAUDIO BATISTA PEREIRA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Município de Guarapuava, através do Departamento de Licitações e Contratos, devidamente autorizado, torna público que fará realizar a Licitação abaixo:

PROCESSO N.º: 103/2022.

OBJETO: Aquisição de micro ônibus 0 (zero) km ano 2022 adaptado com elevador para cadeirante, Termo de Convênio 918815/2021 entre o Município e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos no âmbito da promoção da defesa do direito da pessoa idosa (SNDPI/MMDH).

VALOR MÁXIMO: R\$ 440.666,66 (quatrocentos e quarenta mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço - Por Item.

SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Decretos Municipais 6320/2017 e 8089/2020.

SISTEMA EMPREGADO: BLL (Bolsa de Licitações e Leilões) <<https://bllcompras.com/>>.

CREDCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Ocorrereá até às 09h00min do dia 31/05/2022 (horário de Brasília (DF)).

ABERTURA DE PROPOSTAS E DISPUTA POR LANCES: A sessão pública terá início a partir do encerramento do prazo estabelecido para credenciamento e cadastramento de propostas.

PREGOEIRA: ROSIMERE DE PARIS DIAS.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos, bem como a íntegra do processo poderão ser obtidos: Pelo Portal da Transparência: <<https://guarapuava.atende.net/?pg=transparencia#/grupo/1/item/1/tipo/1>>; ou - No Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua Brigadeiro Rocha, 2.777 - 1º andar - CEP: 85.010-990. Telefone (42) 3621-3000 - ramal 3010, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00.

Guarapuava/PR, 16 de maio de 2022.

DIEGO VOLFF
Diretor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRETAMA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2022

Procedimento Licitatório nº 061/2022 - OBJETO: Seleção de Proposta para a Execução de Pavimentação Polidétrica em Ruas do Distrito de Águas de Jurema, destinada a melhorar a trafegabilidade nas vias públicas do Município de Iretama-Pr, conforme Convênio nº 039/2022-SEIL, protocolo nº 18.139.242-8, firmado entre o Município de Iretama-Pr e a Secretaria da Infraestrutura e Logística, com Intervenção do Departamento de Estradas de Rodagem- DER. VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$ 1.499.229,05 (Um Milhão Quatrocentos e Noventa e Nove Mil Duzentos e Vinte e Nove Reais e Cinco Centavos). ABERTURA: DIA 03 (Três) de junho de 2022, ÀS 09:00h, na Secretaria de Administração e Departamento de Licitações. PRAZO DE EXECUÇÃO: 300 (Trezentos) dias. Informações Complementares: O Edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Iretama, sito à Rua Oscar Gauer Khunn, 174, centro em Iretama Pr.

Iretama - PR, 16 de maio de 2022

VANDERLEI SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAIVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2022

OBJETO: Aquisição de um Elevador Monta Carga, para atender a CAF Central de abastecimento Farmacêutico da Farmácia Básica da SEMUS. Recebimento Das Propostas: das 08:30hrs do dia 19 de maio de 2022, às 08:30 hrs do dia 31 de maio de 2022. Abertura E Julgamento Das Propostas: 08:31min às 08:59 min do dia 31 de maio de 2022. Início Da Sessão De Disputa De Preços: 09:00hrs dia 31 de maio de 2022. Informações Complementares: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: www.bll.org.br ou através do link <http://portal.jaguariaiva.pr.gov.br/transparencia/licitacoes> - Maiores informações no Dept.º de Compras e Licitação - sito a Praça Isabel Branco, nº 142, Cidade Alta - telefone (43) 3535-9400 - Ramal: 9453 no horário: das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h30min, ou através do e-mail: comprasjag@gmail.com.

Jaguariaiva/PR, 16 de maio de 2022.

DENEVAL BUENO NETO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL

CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020, CEP 85.301-410

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2022 - PMLS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços profissional, professor de jiu-jitsu e aquisição de materiais esportivos (quimonos e tatames), para a execução do projeto "Jiu-jitsu para todos", ofertado pela secretaria municipal de assistência social à crianças e adolescentes do município, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno. Tipo Licitação: Menor Preço Por Item. Abertura dos Envelopes: inicia-se às 13h15min do dia 30/05/2022. Informações Sobre Edital: A íntegra deste Edital e seus anexos estarão disponíveis no site do Município.

Laranjeiras do Sul-PR, 12 de maio de 2022.

EDSON CARLOS BECKER
Pregoeiro
CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020, CEP 85.301-410

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2022 - PMLS

Objeto: Contratação de empresa em serviços de capina, varrição, corte de grama, nas unidades de saúde do município de laranjeiras do sul, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno. Tipo Licitação: Menor Preço Por Item. Abertura dos Envelopes: inicia-se às 08h15min do dia 30/05/2022. Informações Sobre Edital: A íntegra deste Edital e seus anexos estarão disponíveis no site do Município.

Laranjeiras do Sul-Pr, 12 de maio de 2022

EDSON CARLOS BECKER
Pregoeiro
CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020, CEP 85.301-410

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2022 - PMLS

Objeto: Aquisição de parque infantil e grama sintética, com item de livre concorrência e item exclusivo para me/epp/mel. Tipo Licitação: Menor Preço Por Item. Abertura dos Envelopes: inicia-se às 08 h15min do dia 31/05/2022. Informações Sobre Edital: A íntegra deste Edital e seus anexos estarão disponíveis no site do Município.

Laranjeiras do Sul-Pr, 12 de maio de 2022

EDSON CARLOS BECKER
Pregoeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA

AVISOS DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que estão disponibilizadas as licitações a seguir:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PGE/SMGP-0121/2022

objeto: Aquisição de veículo de passeio e de veículo tipo van adaptada para transporte de animais;

PREGÃO PRESENCIAL POR VIDEOCONFERÊNCIA PGV/SMGP-125/2022

objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de Copos Descartáveis;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PGE/SMGP-126/2022

objeto: Registro de Preços para aquisição de Materiais Hospitalares para atendimento nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Londrina PR;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PGE/SMGP-127/2022

objeto: Aquisição imediata de materiais médico-hospitalares e de expediente;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PGE/SMGP-128/2022

objeto: Aquisição com entrega única de acessórios de equipamentos médicos hospitalares, cabos de ECG e bobina de papel térmico para ECG para utilização nas unidades de urgência e emergência da Autarquia Municipal de Saúde - AMS Londrina PR; e

TOMADA DE PREÇOS Nº TP/SMGP-0008/2022

objeto: Execução das obras de Reforço de Drenagem Rua Sívio Esteves (Rua São José) no Município de Londrina/PR, de acordo com projetos, planilhas, memorial descritivo e especificações técnicas fornecidas. Os Editais poderão ser obtidos através do site www.londrina.pr.gov.br. Quaisquer informações necessárias pelos telefones (43) 3372-4412/4119/4405/4403 ou ainda pelo e-mail: licita@londrina.pr.gov.br

Londrina/PR, 16 de maio de 2022.

FÁBIO CAVAZOTTI E SILVA
Secretário Municipal de Gestão Pública

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022

Pelo presente, homologo a decisão da Comissão Permanente de Licitação, proferida na Tomada de Preços nº 004/2022 - PMM, determinando que seja adjudicado seu objeto a empresa proponente vencedora: A. A. SANTOS DELLA VECCHIA ENGENHARIA, foi vencedora do objeto: Seleção de propostas visando a Contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de engenharia para Implantação sob regime de empreita global (material e mão de obra) de Melhorias Sanitárias Domiciliares na Vila Silvana - Comunidade do Covô, conforme Levantamento de Necessidades Sanitárias (LENE), plano de aplicação referente a convênio que celebram a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e o Município de Mangueirinha com o valor global de R\$ 327.900,63.

Mangueirinha, 16 de Maio de 2022.

ELÍDIO ZIMMERMAN DE MORAES
Prefeito

